

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MANUEL DETONI FLORES

**“A principal e mais importante fronteira de todo o Brasil”**: trajetória e produção cartográfica de Francisco das Chagas Santos no sul da América Portuguesa durante a Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso (1780–1807)

Porto Alegre

2021

MANUEL DETONI FLORES

**A principal e mais importante fronteira de todo o Brasil:** trajetória e cartografia de Francisco das Chagas Santos no sul da América Portuguesa durante a Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso (1780–1807)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre

2021

MANUEL DETONI FLORES

**A principal e mais importante fronteira de todo o Brasil:** trajetória e cartografia de Francisco das Chagas Santos no sul da América Portuguesa durante a Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso (1780–1807)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

BANCA EXAMINADORA

---

Dr. Fábio Kühn — orientador (UFRGS)

---

Dr. Adriano Comissoli (UFSM)

---

Dra. Helen Osório (UFRGS)

Porto Alegre

2021

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio emocional e financeiro durante a minha graduação, por terem inspirado e apoiado a minha curiosidade pelo estudo da História e outros temas, a eles e a elas devo tudo. Abraços especiais para Célia, Rui, Mia, Joaquim, Arlete, Dirceu, Edézio, Salete, Joana, Maurício, Lu, Carlos, Beatriz, Felipe, Roberta e Emiliano. Agradeço também aqueles que por afeto são parte da nossa família - Martha, Elizete, Renato, Anete, Raphael, Joana, Tânia, Felipe, Silvana, Alfano, Anne e Marco.

Também agradeço os amigos e amigas encontrados e desencontrados em vários espaços e tempos que contribuíram de uma forma ou de outra com esta jornada: Rodrigo, Jamile, Maria Clara, Renato, Gabriel, Dudu, Daniel, Samantha, Renata, Flávia, João Pedro, Camila, João, Juca, Laura e Victoria.

Este trabalho não teria sido possível sem o empenho dos meus colegas e das minhas colegas do projeto de pesquisa “Desconstruindo os Mapas”, os práticos que com diligência percorreram os caminhos e burocracias dos arquivos e periódicos em busca das fontes e referências que fizeram a base conjunta dos nossos projetos de pesquisas. Abraços e sinceros agradecimentos para Mariana, Gabriela, Rogério, Daniel, Ana e Israel.

Um especial obrigado à Adriano por ter fornecido fontes importantes para o estudo presente e futuro do nosso tema de pesquisa e pelo entusiasmo com que recebeu o projeto e ofereceu o seu apoio.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu orientador Fábio Kuhn pelo apoio e atenção durante todo o processo da pesquisa. Em conjunto agradeço aos professores e professoras Anderson Zalewski Vargas, Arthur Lima de Avila, Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Cláudia Mauch, Cybele Crossetti de Almeida, Enrique Serra Padrós, Helen Osório, Igor Salomão Teixeira, José Rivair Macedo, Regina Célia Lima Xavier e Regina Weber pela formação intelectual e as lições deixadas nestes cinco anos de graduação.

*Quem seria mais grandioso que Júpiter, o maior, o todo-poderoso?  
Terminus, o deus dos limites. Júpiter deve se curvar perante ele, nada é mais importante que  
limites.*

Neil Gaiman

*Estranhamente os conflitos na Oresteia me fizeram lembrar do pequeno arroubo de  
arrogância que tive momentos antes de achar que conhecia aquela região de Atenas só  
porque tinha, como eu disse, seu mapa “entalhado no meu cérebro”.*

Christos H Papadimitriou

## RESUMO

Este trabalho aborda a trajetória e a produção cartográfica do engenheiro militar Francisco das Chagas Santos no Rio Grande de São Pedro entre 1777 e 1807, a partir do diálogo das fontes primárias levantadas com a bibliografia dos temas fronteira e história da cartografia. Objetiva levantar a cartografia de Chagas Santos junto aos documentos manuscritos que possam conter informações relevantes sobre o seu trabalho como cartógrafo. Ainda, os objetivos específicos são: analisar conjuntamente os documentos manuscritos e cartográficos, buscando possíveis intersecções entre a atuação de Chagas Santos como um “homem de saber em real serviço”, demarcando a fronteira e os seus interesses como membro da elite fundiária do Rio Grande de São Pedro; e inserir a trajetória e cartografia de Chagas Santos no espaço fronteiriço em construção no sul da América Portuguesa no final do século XVIII. Busca-se reconstruir a trajetória de Chagas Santos e o contexto de produção da sua cartografia junto com uma desconstrução da mesma e da sua relação com a construção da fronteira. É realizada uma discussão sobre os diferentes conceitos de fronteira empregados pela historiografia atual e as diversas abordagens teóricas para o estudo da cartografia. Propõe-se um diálogo entre os campos de estudo histórico das fronteiras e dos mapas, assim como o uso das trajetórias individuais de quadros do Antigo Regime, como uma forma de melhor compreender a fronteira rio-grandense na virada do século XVIII.

**Palavras-chave:** história da cartografia. Fronteiras. Engenheiros militares. Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso. Rio Grande de São Pedro.

## ABSTRACT

This work deals with the trajectory and cartographical production of the military engineer Francisco das Chagas Santos in the province of Rio Grande de São Pedro between 1777 and 1807 with basis on a dialogue between selected primary sources and a bibliography of the themes frontier and history of cartography. Our objective is to understand how the trajectory and cartography of Chagas Santos and his insertion in the world of the rio-grandenses elites can help us to better understand the formation of Portuguese America meridional borderlands. We seek to reconstruct Chagas Santos trajectory and the context of his cartographic work along with a deconstruction of his maps and its relation with the construction of the borderlands. A discussion is realized dealing with different concepts of frontier and borderland spaces employed by contemporary historiography and the diverse theoretical approaches to the study of cartography. We propose a dialogue between the fields of historical study of borders and maps as well as the use of individual trajectories inserted in the Ancien Regime to better understand the rio-grandense frontier in the turn of the XVIII century.

**Keywords:** frontier. Borderland. History of cartography. Military engineers. Rio Grande de São Pedro.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>1 CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO FRONTEIRIÇO MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA NO FINAL DO SÉCULO XVIII</b>	<b>13</b>
1.1 A DIPLOMACIA DO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO E A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA	13
1.2 OS DEMARCADORES NO ESPAÇO FRONTEIRIÇO EM CONSTRUÇÃO	15
<b>2 A CARTOGRAFIA PORTUGUESA OITOCENTISTA: REFERÊNCIAS HISTORIOGRÁFICAS E TEÓRICOS</b>	<b>20</b>
2.1 BREVE COMENTÁRIO SOBRE O CAMPO DA HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA	20
2.2 ENGENHARIA MILITAR E CARTOGRAFIA NO PORTUGAL OITOCENTISTA	22
<b>3 ANÁLISE CONJUNTA DA CARTOGRAFIA E TRAJETÓRIA DE FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS EM RELAÇÃO À DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO</b>	<b>26</b>
3.1 A TRAJETÓRIA DE FRANCISCO DE CHAGAS SANTOS E A DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO	26
3.2 ANÁLISE DA CARTA COROGRÁFICA DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E ARREDORES	33
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>43</b>
<b>FONTES</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO I — TRAJETÓRIA DE FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO II — CARTA COROGRÁFICA DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E ARREDORES</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO III — Plano topographico e individual que comprehende os arroyos de Chuy, e S. Miguel de Itaym...em a qual se manifestão as linhas de divisão pertencentes aos domínios das coroas de Portugal e Espanha...</b>	<b>52</b>





## INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XVIII as coroas ibéricas de Espanha e Portugal buscaram definir os limites dos seus domínios americanos. Tais esforços se deram por um longo período, que se estende desde o Tratado de Madrid, em 1750, até as Invasões Napoleônicas de 1807, que passou por um segundo Tratado de Limites, assinado em Santo Ildefonso em 1777, e a Conquista das Missões pelos portugueses em 1801. A fronteira platina foi, neste período histórico, tanto um teatro de negociações diplomáticas, demarcações e guerras entre os dois estados, quanto um espaço dinâmico onde diversos atores, como os povos indígenas, lideranças locais, mestiços, contrabandistas e *gaúchos*<sup>1</sup>, trocavam produtos e saberes — engajados, de forma particular, nos desdobramentos dos conflitos luso-espanhóis.

Este trabalho é resultado da participação deste autor no projeto *Desconstruindo Mapas: os engenheiros militares e a produção cartográfica sobre a fronteira sul da América Portuguesa (Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro, 1750–1808)*, orientado pelo professor Fábio Kuhn. Entre os objetivos do projeto estavam o levantamento da produção cartográfica dos engenheiros militares que atuaram na demarcação dos Tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777) e uma análise de suas trajetórias junto aos seus mapas da fronteira platina. O autor e seu orientador acreditam que um maior conhecimento sobre estes cartógrafos possa contribuir para o estudo do espaço fronteiro do sul da América Portuguesa do século XVIII e que os seus mapas podem ser fontes valiosas e, em certos casos ainda não exploradas, para o estudo da construção deste espaço.

A pesquisa proposta para este Trabalho de Conclusão de Curso se foca no engenheiro-militar Francisco das Chagas Santos: engenheiro-militar que atuou na demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, inicialmente como ajudante do engenheiro Francisco João Roscio e, eventualmente, como chefe da comissão demarcadora após a morte do mesmo. Além de cartógrafo e engenheiro, Chagas Santos ascendeu como uma liderança local durante o seu “real serviço” na Capitania do Rio Grande de São Pedro — onde obteve cartas de sesmarias, tendo se casado com a filha de uma tradicional família da elite local e sendo promovido ao posto de tenente-coronel. Após 1807 ele acenderia ainda mais, sendo nomeado governador militar dos Sete Povos das Missões e eleito para a Assembleia Constituinte do Império do Brasil durante o processo de Independência.

---

<sup>1</sup> O termo aqui é usado no seu sentido no século XVIII, não se devendo confundir com a identidade regional ou tradicionalista desenvolvida no século XX.

Até onde foi possível levantar não há trabalhos monográficos sobre a trajetória de Chagas Santos e, quando o mesmo é mencionado em obras especializadas, sejam livros ou artigos, é em relação a sua atuação após a Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso. Essa ausência de uma bibliografia especializada no personagem histórico analisado levou o autor desse trabalho a buscar obras que permitissem contextualizar a trajetória que pretendia reconstituir a partir de fontes primárias. A falta de estudos monográficos sobre o papel de Chagas Santos na demarcação de Santo Ildefonso torna possível a realização de um estudo original de sua trajetória, principalmente dentro de um tema maior e mais estabelecido que é a Fronteira Sul da América Portuguesa.

O estudo dos espaços fronteiriços tem se renovado por perspectivas que buscam superar uma visão eurocêntrica e dicotômica das fronteiras. Como exemplo recente pode-se citar o trabalho de Adriano Comissoli (COMISSOLI, 2018), que caracteriza a fronteira meridional da América Portuguesa como uma *fronteira polissêmica*, que contrasta com a realidade fluida e de trocas vivenciada pelas populações fronteiriças:

Se nos centros decisórios europeus ela era considerada uma linha em um mapa, para os habitantes da região imediata era um fenômeno de contato antes do que de exclusão. Portugueses e espanhóis ocupavam espaços contíguos e interagiam constantemente, fosse por meio de ações destrutivas como a guerra e o roubo de gado, fosse por meio de comércio ou de devolução de desertores e escravos fugitivos, como frequentemente os oficiais militares praticavam (COMISSOLI, 2018, p. 118).

O outro campo em que esta pesquisa se insere, a História da Cartografia, também tem passado por debates e inovações nos últimos anos. Enquanto a cartografia é uma fonte histórica tradicional para a história do Brasil, que já nos anos 60 foi explorada exaustivamente pelo historiador português Jaime Cortesão (CORTESÃO, 1965), novos problemas e metodologias têm sido propostos para o estudo dos “velhos mapas” por autores como Beatriz Bueno (BUENO, 2004), Iris Kantor (KANTOR, 2009) e Tiago Kramer de Oliveira (OLIVEIRA, 2014). Mesmo que não seja uma referência universalmente aceita é importante reconhecer a importância da Nova História da Cartografia lançada por Brian Harley (HARLEY, 2009), que buscava uma leitura desconstrutivista dos mapas e uma crítica do seu arbítrio silencioso do poder.

Dada a abrangência da trajetória de Chagas Santos, a qual se estende por períodos históricos distintos, esta pesquisa está focada no seu papel na Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso (1777–1807) e na Conquista das Missões (1801). A demarcação abrangeu toda a América Portuguesa e incluiu regiões distintas, como o Mato Grosso, a Bacia

Amazônica e a Fronteira Platina, porém a última região recebeu maior atenção por ser a única onde o objeto da investigação atuou.

Este trabalho propõe problematizar como diferentes aspectos da trajetória e da obra de Chagas Santos podem ajudar a compreender melhor a formação do espaço fronteiro do atual Rio Grande do Sul. Buscou-se atestar como se deu a sua inserção na elite luso-brasileira do Rio Grande de São Pedro por meios como o casamento e a aquisição de terras via sesmarias. Em conjunto, analisou-se qual foi a sua participação na Demarcação de Santo Ildefonso junto de outros engenheiros militares.

Ao considerar esta problemática, pode-se elencar o seguinte objetivo geral desta pesquisa: levantar a cartografia de Chagas Santos junto aos documentos manuscritos que possam conter informações relevantes sobre o seu trabalho como cartógrafo. Ainda, os objetivos específicos são: analisar conjuntamente os documentos manuscritos e cartográficos, buscando possíveis intersecções entre a atuação de Chagas Santos como um “homem de saber em real serviço”, demarcando a fronteira e os seus interesses como membro da elite fundiária do Rio Grande de São Pedro; e inserir a trajetória e cartografia de Chagas Santos no espaço fronteiro em construção no sul da América Portuguesa no final do século XVIII.

Se a historiografia já deixou de ser uma crônica dos “grandes feitos dos grandes homens”, o estudo das elites e das suas trajetórias segue válido e necessário. Compreender, de forma crítica, os mecanismos de opressão e exclusão, bem como os grupos subalternos afetados por eles, também passa por compreender a formação das elites que os operam e deles se beneficiam. No caso específico de um cartógrafo e latifundiário como Francisco das Chagas Santos é possível abordar, de forma interseccionada, os processos de territorialização do atual Rio Grande do Sul proporcionados — em parte — pela cartografia europeia e a apropriação de terras promovida pelas elites rio-grandenses, conforme se expandia o domínio luso-brasileiro na América Platina.

Tanto a acumulação de terras na fronteira pelas elites luso-brasileiras quanto a territorialização deste espaço fronteiro são temas consolidados na historiografia com uma ampla bibliografia, porém estão longe de esgotarem. O uso da cartografia como uma fonte para esses processos abriu uma nova frente, que ainda não foi completamente explorada, nos estudos fronteiros da América Portuguesa. A cartografia de Chagas Santos e a sua ligação com o seu papel de um quadro exógeno das elites rio-grandenses do final do século XVIII e começo do XIX ainda não foi objeto próprio de estudo, o que oferece uma oportunidade de complementar o entendimento da constituição da fronteira platina durante este período e a formação das suas elites fundiárias e militares.

A pesquisa aqui realizada se deu pelo levantamento e transcrição de documentos manuscritos produzidos por Chagas Santos. Estes documentos manuscritos são lidos com a finalidade de traçar a trajetória do sujeito pesquisado durante a Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso e a Conquista das Missões, e inserir essa trajetória no quadro teórico desses eventos históricos e do espaço fronteiriço em que se desenrolaram. Em conjunto dessa leitura paleográfica pautada pela bibliografia e referenciais teóricos aqui levantados foi realizada uma leitura e desconstrução da cartografia de Chagas Santos.

Por fim, buscou-se apontar intersecções entre a cartografia de Chagas Santos, a sua trajetória e seus interesses como um membro da elite latifundiária/militar da Capitania do Rio Grande. Ambas contextualizadas dentro de um processo maior de construção de um espaço fronteiriço por diversos atores e de apropriação de terra por parte das elites locais.

Para o levantamento de fontes primárias sobre Chagas Santos foram utilizados os serviços de consulta digital do Projeto Resgate (que dá acesso aos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, ou AHU), da Biblioteca Nacional (BNDigital), e do Arquivo Nacional (SIAN). Devido à pandemia de COVID-19 a consulta presencial aos arquivos não foi possível, dependemos então exclusivamente da documentação digitalizada e disponibilizada na internet. Os documentos manuscritos do AHU permitem traçar a trajetória de Chagas Santos a serviço da monarquia portuguesa até a Transferência da Corte; o Arquivo Nacional contém uma requisição de sesmaria feita pelo mesmo durante a demarcação de Santo Ildefonso e um par de documentos coassinados com o engenheiro espanhol André Oyarvide; a Biblioteca Nacional disponibiliza a *Carta Corografica da Capitania de S. Pedro e arredores*, o inventário feito por ele do Brigadeiro Francisco João Roscio após a sua morte em 1804, também engenheiro militar e colega e mentor de Chagas Santos, de acordo com a documentação levantada.

Como parte da pesquisa, realizou-se um levantamento e transcrição de fontes primárias disponíveis em arquivos públicos de forma digitalizada. Estas fontes são, em sua maioria, correspondências manuscritas de Chagas Santos e outros engenheiros-militares, e contêm, em alguns casos, inventários de mapas e instrumentos. Realizou-se a leitura e transcrição paleográfica destes documentos, o que permitiu uma reconstituição da carreira de Chagas Santos como engenheiro-militar. Para tornar o texto mais legível aos leitores contemporâneos, esse foi adaptado para as regras e convenções do português moderno. Para fins expositivos, adotou-se a grafia moderna dos topônimos e acidentes geográficos.

No primeiro capítulo da fundamentação teórica discute-se a bibliografia do Tratado de Santo Ildefonso, as ações diplomáticas e políticas que informaram a sua negociação e os

interesses das coroas ibéricas e das elites locais que informaram o Tratado e o processo de demarcação deste. Dentro deste contexto político, analisou-se a relação dos demarcadores com o espaço fronteiriço em construção. Como embasamento teórico da presente análise, fez-se um breve levantamento conceitual da noção de fronteira, além de dialogar com os conceitos de fronteira tripartida e *borderlands*.

No segundo capítulo da fundamentação teórica discute-se as diferentes abordagens propostas na historiografia recente para o estudo da cartografia em diálogo com uma contextualização da cartografia e engenharia militar do Império Ultramarino Português. Buscou-se inserir Chagas Santos, a sua produção cartográfica e participação na demarcação de Santo Ildefonso neste contexto geral.

O terceiro capítulo da fundamentação teórica concebe-se como uma reconstituição da trajetória de Chagas Santos com base nas fontes primárias levantadas pela pesquisa em diálogo com a sua cartografia. Buscou-se contextualizar a produção dos seus mapas e como esta se relaciona com a sua trajetória dentro do Antigo Regime e do espaço fronteiriço da América Platina.

## **1. CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO FRONTEIRIÇO MERIDIONAL DA AMÉRICA PORTUGUESA NO FINAL DO SÉCULO XVIII**

### **1.1 A DIPLOMACIA DO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO E A CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA**

Em 1777 as coroas ibéricas de Portugal e Espanha defrontam-se novamente com o desafio de solucionar, pela diplomacia e a cartografia, as suas disputas territoriais nas Américas. Após a anulação do Tratado de Madrid (1750) em El Pardo (1761), ambos impérios coloniais se engajaram em diversos confrontos armados, sobretudo na América Platina, motivados tanto pelas suas pretensões territoriais, quanto pelo envolvimento na rede de alianças que definia os conflitos entre estados europeus na época. Episódio principal destes conflitos de fronteira foi a invasão da vila do Rio Grande, em 1763, por tropas hispano-plantinas e a retomada da mesma, em 1776, pelos luso-brasileiros.

A demarcação da fronteira estipulada no tratado necessitou a criação de novas comissões demarcadoras pelas duas Coroas. Francisco das Chagas Santos se inseriu na comissão portuguesa como auxiliar de engenharia por pedido do Cel. Francisco João Roscio, engenheiro militar que já teria atuado no sul da América Portuguesa e no Rio de Janeiro.

Para autores como Camargo (2004), César (1981) e Garcia (2010), Santo Ildefonso significou uma ruptura na política externa portuguesa, a qual teria sido definida no Período Pombalino (1750–1777) por um expansionismo belicoso. A assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, no qual Portugal abria mão da Colônia do Sacramento e dos Sete Povos das Missões, marcaria uma redução das pretensões territoriais da Coroa Portuguesa e uma paz com a Espanha, que duraria até a Guerra das Laranjas (1801).

O diplomata Fernando Cacciatore de Garcia busca explicar a escolha pela paz por uma série de fatores políticos, diplomáticos e individuais. O Reino de Portugal estaria exausto após décadas da “Ditadura Pombalina” e das suas políticas agressivas de reforma interna e belicosidade externa. A Espanha, por sua vez, queria voltar os seus esforços para a recém iniciada Guerra de Independência dos EUA, e aceitou abandonar a ocupação militar da Ilha de Santa Catarina e reconhecer a reconquista portuguesa do Rio Grande. Teria auxiliado neste processo de reconciliação o parentesco entre a Rainha Maria I de Portugal e o Rei Carlos III da Espanha (GARCIA, 2010).

Garcia (2010) escreve na perspectiva de um diplomata brasileiro contemporâneo e dentro de um nacionalismo metodológico. A política de Pombal e a posterior são avaliadas, pelo autor, em termos de conquista e manutenção do território, como negativas e queixosas

pela perda de terras para o “Brasil” entre o Tratado de Madrid e Santo Ildefonso, o que projetou, então, uma entidade política que efetivamente não existia no século XVIII.

Dentro da leitura geopolítica de Garcia (2010), o Tratado de Santo Ildefonso teria pouca validade por ter sido um acordo de paz cujas fronteiras eram preliminares e que nunca foi efetivamente cumprido nas Américas, devido à oposição por parte das elites estancieiras da Capitania do Rio Grande de São Pedro. A ocupação efetiva do território liderada por essas legitimaria a sua posse por Portugal e, posteriormente, pelo Brasil, na leitura de Garcia (2010), que adota uma posição de *uti possidetis* em contraste com uma tradição diplomática hispano-americana de *uti possidetis juris del año 1810*, que contesta a expansão luso-brasileira deste período como uma violação dos acordos entre Espanha e Portugal.

O historiador do Rio Grande do Sul, Guilhermino César, apresenta uma perspectiva regionalista de Santo Ildefonso e o seu impacto na formação do Rio Grande do Sul. Santo Ildefonso teria significado uma redução do território rio-grandense e uma tentativa da Espanha de coibir o contrabando realizado entre os seus territórios e os portugueses e um crescente autonomismo das suas colônias. Para tal fim foram criados os Campos Neutrais, território oficialmente neutro e desprovido de povoamentos e fortificações, que deveria ser um “cinturão deserto em torno do Prata” (CÉSAR, 1981, p. 199–201).

Tais esforços são vistos fúteis por César (1981), que sustenta suas afirmações com base nos escritos do demarcador espanhol Félix de Azara. Os Campos Neutrais teriam se convertido, para Azara, em um reduto de bandidos, contrabandistas e foras da lei, que derrota completamente a intenção original de coibir os conflitos de fronteira e o contrabando. Os conflitos entre as Comissões Demarcadoras e a demora dos seus trabalhos, a crescente expansão das tropas de gados e mulas e o fluxo de contrabando entre luso-brasileiros e hispano-americanos teriam tornado inviável o cumprimento do Tratado de Santo Ildefonso ou dos Campos Neutrais (CÉSAR, 1981).

É levantada a questão de como se sustentou uma paz relativamente longa entre portugueses e espanhóis, dado os conflitos entre as Comissões Demarcadoras e a sua incompatibilidade do tratado com a ocupação territorial promovida pelas elites estancieiras. Camargo (2004) explica a continuidade do Tratado de Santo Ildefonso e a retórica amigável entre os dois reinos como resultado de um desejo de evitar novos conflitos armados sem ter de ceder territórios na fronteira platina, o que antagonizaria as elites locais necessárias para o controle e a defesa deste espaço. Ao interesse diplomático se somavam as relações de parentesco, o afeto entre as duas dinastias e o apoio português à campanha malsucedida da Espanha contra a França Revolucionária (1793–1795) (CAMARGO, 2004).



A política adotada por ambas as coroas e as ordens enviadas aos seus comissários durante a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso foram ambíguas. Por um lado se pedia que os comissários cooperassem para a fixação dos limites entre os domínios portugueses e espanhóis e evitassem novos conflitos, por outro não se permitia ceder territórios nas diversas discordâncias que emergiram entre as duas comissões demarcadoras (CAMARGO, 2004). Conforme analisaremos no terceiro capítulo, diversas vezes os comissários se desentenderam acerca da aplicação dos artigos do tratado, sobretudo no que se trata da identificação dos rios e outros acidentes geográficos que deviam servir como marcos da fronteira entre os dois impérios ibéricos.

O impasse diplomático de Santo Ildefonso não foi rompido por iniciativa de Portugal ou Espanha, mas a imposição criada pelas guerras europeias desencadeadas pela Revolução Francesa — com a Espanha absolutista sendo forçosamente incorporada ao lado francês e Portugal permanecendo no campo da sua tradicional aliada, a Inglaterra. Este contexto geopolítico europeu forçaria uma guerra não desejada por nenhuma das duas coroas, a Guerra das Laranjas, mas que nas Américas serviria de pretexto para a Conquista das Missões pelos luso-brasileiros e seus aliados entre a população guarani (CAMARGO, 2004).

Para Camargo (2004) esta dilatação territorial da América Portuguesa, para além dos limites de Santo Ildefonso, teria o tornado “letra morta”, porém é importante frisar que não houve, depois de 1801, uma anulação oficial do Tratado de Santo ildefonso ou um consenso dentro de ambos impérios coloniais de como conciliar a letra dos tratados e mapas com a realidade material da fronteira.

## 1.2 OS DEMARCADORES NO ESPAÇO FRONTEIRIÇO EM CONSTRUÇÃO

Deve-se, então, voltar para o espaço fronteiriço e as complexas relações entre os diversos grupos que o compunham e construíam. Nos últimos anos o estudo das fronteiras tem buscado olhar a fronteira não apenas como um limite ou uma linha num mapa desenhado nos gabinetes imperiais, mas como um espaço fluído e polissêmico, moldado onde diferentes grupos trocavam produtos materiais e saberes, além de reivindicarem diferentes territorialidades.

Dentro da historiografia norte-americana, o conceito de *frontier*, originalmente cunhado por Jack Turner, tem sido preterido pelo de *borderlands*, proposto pelo seu discípulo Herbert Eugene Bolton. Segundo Jeremy Adelman e Stephen Aron (ADELMAN; ARON, 1999) a fronteira é, para Turner, um espaço sem soberania e limites definidos, que enfatiza o

avanço e conquista do “homem branco” sobre as populações indígenas; Bolton, por sua vez, destacava a competição entre diferentes poderes coloniais pelo espaço fronteiriço e as oportunidades autonomistas que tal disputa criava para os povos originários.

É importante que, para Adelman e Aron (1999), o conceito de *borderlands* de Bolton só pode ser aplicado de forma válida em espaços fronteiriços que possuam certas características. A existência de uma *borderland* se dá, para os autores, na medida que existem diversos colonizadores que reivindicam um mesmo espaço, o que possibilita, então, que os povos indígenas do mesmo manipulem estas rivalidades em favor da sua autonomia. A ascensão de estados-nacionais consolidados com limites definidos, via de regra, significa o fim das *borderlands* como tal e a autonomia indígena por elas possibilitadas (ADELMAN; ARON, 1999).

Para o caso específico da formação do Rio Grande do Sul, Eduardo Neumann (NEUMANN, 2004) propõe um entendimento da fronteira como não meramente bipartida entre portugueses e espanhóis, mas tripartida entre os dois colonizadores e os povos indígenas. Neumann (2004) sugere um novo entendimento da construção da fronteira, distinto de interpretações anteriores baseadas na polêmica historiográfica entre uma “matriz lusa” e uma “matriz platina” de povoamento, a primeira valorizando e legitimando a conquista portuguesa, e a segunda, a espanhola. Os guaranis possuíam uma territorialidade própria expressada na toponímia e no uso da escrita por lideranças guaranis-missioneiras para defender os seus direitos territoriais (NEUMANN, 2004).

Segundo Elisa Fruhauf Garcia (GARCIA, 2009), a historiografia mais tradicional tendia a ver a pecuária como a única riqueza da região platina e as relações entre guaranis-missioneiros e luso-brasileiros resumidas ao confronto armado e ao roubo de gado. No livro *Diversas Formas de ser índio*, Garcia (2009) busca demonstrar a complexidade das relações entre indígenas e portugueses na fronteira e os diversos papéis e identidades assumidos pelos guaranis na sociedade da América Portuguesa.

Enquanto as incursões, saques e mesmo deslocamentos forçados eram promovidos pelos portugueses contra as populações missioneiras ao longo da segunda metade do século XVIII, esses também buscaram atrair os guaranis para a sua soberania, com o objetivo de enfraquecer a posição espanhola. Sob o governo de Pombal foi criado o Diretório dos Índios e se promoveu o aldeamento dos guaranis na Aldeia Nossa Senhora dos Anjos (atual Gravataí/RS) e São Nicolau, fenômeno complexo durante o qual populações guaranis circulavam por diversos espaços e entre domínios portugueses e espanhóis, tendo uma territorialidade e estratégias de sobrevivência próprias (GARCIA, 2009).

As demarcações do Tratado de Santo Ildefonso aumentaram o contato entre as autoridades lusas e os guaranis-missioneiros, com demarcadores portugueses que atravessavam o território missioneiro e se hospedavam nos *pueblos*. Entre estes demarcadores estavam Francisco João Roscio e, presumivelmente, o seu auxiliar de engenharia, Francisco das Chagas Santos. Garcia (2009) considera plausível que, durante essa estadia, esses homens tenham tomado conhecimento dos territórios missioneiros e estabelecido relações com os guaranis, dado o papel que desempenharam posteriormente no governo do Rio Grande e na administração dos Sete Povos das Missões.

Para Garcia (2005) a importância destes contatos entre autoridades e lideranças uso-brasileiras teria sido subestimada pela historiografia mais antiga, que encarava a Conquista das Missões meramente como um feito das tropas irregulares, sem pesquisar, de forma mais aprofundada, as razões da rápida adesão das populações e lideranças guaranis aos “conquistadores”. A leitura proposta por Garcia (2005) coloca as alianças construídas entre guaranis e luso-brasileiros como central para entender este acontecimento, o que dispõe a agência dos guaranis dentro do quadro de relações do Antigo Regime:

(...) as populações indígenas estavam inseridas na lógica das reciprocidades. Longe de terem solicitado a conquista foram, conforme já dito, sujeitos na construção de relacionamentos com os luso-brasileiros. E, estes relacionamentos, tinham uma forte carga simbólica. A adesão dos índios ao Rei Fidelíssimo deveria preceder o reconhecimento de muitos aspectos de sua organização social. Pressupunha a manutenção de suas lideranças e hierarquias, o prestígio a suas festividades, o uso da sua língua, etc. Dentre estes aspectos, talvez o uso do guarani seja um dos mais significativos, pois foi no idioma dos índios que se deram as negociações sobre a sua adesão aos portugueses (GARCIA, 2005, p. 18).

A relação destes demarcadores com a sociedade colonial da Capitania, os povos indígenas e a prática do contrabando é analisada por Tiago Gil (GIL, 2005) no seu estudo da representação destes nos relatos produzidos por demarcadores portugueses e espanhóis. Gil (2005) aponta que os relatos dos demarcadores possuem um lugar ambíguo como fontes primárias por terem sido escritos por sujeitos que eram forasteiros e “homens da ciência”, ao mesmo tempo que se integravam na sociedade fronteiriça. Entre os relatos utilizados estão os produzidos pelos espanhóis José Maria Cabrer, Félix de Azara, Andrés de Oyarvide e Diego de Alvear; do lado português foram levantados os diários de José de Saldanha e de Francisco João Roscio.

Gil (2005) aponta o maior volume de relatos escritos pelos espanhóis e a sua abordagem extensa sobre o tema do contrabando, sobre o qual os portugueses se silenciam. Em variadas medidas, Alvear, Azara, Cabrer e Oyarvide concordam que o contrabando

promovido pelos portugueses e o despovoamento dos domínios espanhóis eram problemas graves contra os quais deviam se posicionar como “oficiais devotados”. O contrabando era atribuído à influência de lideranças luso-brasileiras, como Pinto Bandeira e as suas alianças com os índios minuanos, sendo ele próprio genro do cacique minuano Miguel Carai (GIL, 2005).

O silêncio dos demarcadores portugueses sobre o contrabando poderia ser explicado pela sua própria integração às elites luso-brasileiras. Francisco das Chagas Santos e outros demarcadores portugueses como Alexandre Eloi Porteli e José de Saldanha se casaram com filhas de famílias da elite rio-grandense e frequentavam a casa de Pinto Bandeira, que também fornecia suprimentos e víveres para as partidas da comissão demarcadora. Nesta leitura, os demarcadores portugueses não seriam meramente intrusos no espaço fronteiriço, mas integrantes ativos das suas dinâmicas, alinhados com a elite local (GIL, 2005).

Um episódio que ilustra esse alinhamento é a disputa entre as comissões portuguesa e espanhola em torno da demarcação da Lagoa do Mirim, espaço assim definido:

É na proximidade da Lagoa Mirim que os diários convergem para tratar do contrabando. Não era sem motivo: este era um dos principais espaços onde o comércio ilícito se desenvolvia, ao lado da chamada “Fronteira do Rio Pardo”. Ali se encontravam espanhóis, minuanos, portugueses e guaranis, e estes encontros não passaram incólumes. Estranhamentos, alteridades e alianças marcaram cada passo do processo demarcatório, assim como toda a vida daquela fronteira (GIL, 2005, p. 7).

Os comissários discordaram se o rio Piratini seria o *arroyo*, referido no Tratado de Santo Ildefonso como limite meridional entre os dois impérios. Os portugueses argumentaram que o Piratini era um rio e não um arroio, logo os marcos fronteiriços deveriam ser colocados para o sul da Lagoa do Mirim. Tal posicionamento refletia o interesse dos estancieiros e comerciantes luso-brasileiros que, efetivamente, já começavam a ocupar a região e a estabelecer rotas de contrabando e aliança com as *tolderias* minuanas.

A apropriação da terra e a sua relação com a Demarcação de Santo Ildefonso é abordada por Helen Osório em sua tese de mestrado *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e formação do espaço platino*. Conforme aponta Osório (1990), os demarcadores portugueses se utilizaram do conhecimento do território e do serviço à monarquia para requerer sesmarias diversas vezes e acima da área permitida por lei. A demarcação de Santo Ildefonso estaria, então, inserida em um processo de apropriação do território pelas elites fundiárias, nas quais os demarcadores se integraram, assim como o avanço do contrabando (OSÓRIO, 1990).

O espaço fronteiriço que existia na América Meridional era um espaço complexo e polissêmico, onde os limites não eram definidos e diversos grupos atuavam de forma diversa e multilateral, mesmo que não equitativa. Estas atuações podiam se dar com a defesa da sua territorialidade pelos guaranis e a sua troca da vassalagem ao Rei Católico da Espanha pela do Rei Fidelíssimo de Portugal; ou pelas alianças de casamento e contrabando firmadas entre o líder minuano Miguel Carai e o luso-brasileiro Pinto Bandeira.

É importante frisar que a Fronteira é um espaço histórico e que o seu estudo deve atentar às transformações sofridas por ela ao longo do tempo. Entre 1777 e 1807 o maior conhecimento do território e o seu enquadramento na cartografia oitocentista favoreceu a consolidação do domínio português e a apropriação da terra por uma elite latifundiária. Esses processos, combinados com a Conquista das Missões em 1801, mostram um controle cada vez maior de atores como a Coroa Portuguesa, os seus agentes oficiais e os estancieiros luso-brasileiros sob a Fronteira — o que implicava em uma redução do espaço de autonomia dos povos indígenas.

Ao contrário de outros comissários, Chagas Santos não produziu memórias ou diários sobre a demarcação de Santo Ildefonso, o que torna difícil conhecer a sua perspectiva sobre o espaço fronteiriço em que atuou. Sabe-se, pela bibliografia e a documentação primária levantada, que ele atuou junto de João Roscio e, possivelmente, formou, com ele, certos laços com os guaranis dos Sete Povos das Missões, dado o papel que desempenharia posteriormente como governador militar desta província. Assim como outros demarcadores, Chagas Santos se integrou às elites fundiárias pelo casamento com famílias tradicionais e a apropriação de terras via sesmarias.

No geral, os comissários portugueses parecem ter mantido relações próximas com as elites rio-grandenses — ao confrontarem os seus pares espanhóis durante a demarcação da Lagoa do Mirim parecem ter se alinhado mais com os interesses dos seus aliados, entre os estancieiros e contrabandistas, do que com os seus deveres como demarcadores. A integração dos comissários na elite fundiária da capitania parece ter intervindo nas decisões que tomaram durante a Demarcação do Tratado de Santo Ildefonso.

A relação de Francisco das Chagas Santos e da sua cartografia e trajetória com o espaço fronteiriço deve ser entendida não como a mera atuação de um “homem da ciência” ou representante desinteressado da monarquia lusitana, mas como a ação de um agente social dinâmico que se alinhou com determinados grupos e adotou estratégias de ascensão social, que serão analisadas nos próximos capítulos.

## 2. A CARTOGRAFIA PORTUGUESA OITOCENTISTA: REFERÊNCIAS HISTORIOGRÁFICOS E TEÓRICOS

### 2.1 BREVE COMENTÁRIO SOBRE O CAMPO DA HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA

Considera-se necessário realizar um breve balanço do campo da História da Cartografia e as suas diferentes linhas teóricas e metodológicas antes de abordar a cartografia luso-brasileira oitocentista e a inserção de Chagas Santos nessa.

Segundo Héctor Mendoza Vargas e João Carlos Garcia (VARGAS; GARCIA, 2007) o estudo da cartografia nos países ibéricos e latino-americanos tradicionalmente esteve associada à História do expansionismo colonial, consolidação das fronteiras nacionais e evolução

técnico-científica:

(...) Os mapas históricos foram prioritariamente estudados com dois objectivos: servir de provas para confirmar ou reivindicar territórios e fronteiras, quer na Península Ibérica, quer nos espaços ultramarinos e demonstrar e divulgar supostas prioridades e supremacias científicas e culturais entre os vários países. Assim, a análise dos mapas teve uma conotação fortemente nacionalista, repetidamente relacionada com as etapas e os acontecimentos históricos dos “descobrimientos geográficos” em África, na Ásia, na América ou na Oceânia, por parte dos países ibéricos. As polémicas em torno da seriedade e fidelidade dos cartógrafos em relação à sua nação ou da originalidade científica, técnica e artística das escolas cartográficas, são exemplos desse modo de fazer História da Cartografia (VARGAS; GARCIA, 2007, p. 1–2).

Nas últimas décadas, o estudo da cartografia tem dialogado com outros campos do conhecimento, como a História Cultural e a História Social, e levantado novas perguntas sobre os velhos mapas. Entre as questões abordadas por esta nova historiografia, Vargas e Garcia (2007) citam: o papel dos mapas na formação de um espaço geográfico homogêneo e dominação da periferia pelo centro; a construção e administração de instituições responsáveis pelo mapeamento e controle do território pelos estados-nacionais emergentes; a formação politécnica dos cartógrafos e engenheiros; e, por fim, a importância das populações originárias e a sua territorialidade, frequentemente silenciada pelos mapas ditos científicos.

Thiago Kramer de Oliveira (OLIVEIRA, 2014) aponta que os velhos mapas não produzem, em si mesmos, conhecimento histórico: esse conhecimento só pode ser produzido pela crítica documental, levantamento de problemas e construção de narrativas pelo historiador. Entre as abordagens consideradas possíveis para a História da Cartografia, Oliveira (2014) lista a perspectiva dos mapas como imagens que imprimem sentidos e

movimentos, discursos retóricos que expressam relações de força e como indício de relações sociais que se especializam.

A primeira abordagem se apropria da filosofia de Bergson para questionar a oposição entre imagem e materialidade, considera-se que a imagem sempre está em movimento em relação com o que pretende representar. O mapa seria, então, não uma representação fechada, mas um conjunto fluído de imagens que precisa ser analisado por dentro e por fora. Tal perspectiva pouco explorada, segundo Oliveira (2014), coloca a cartografia como um conjunto de imagens que imprimem sentidos e movimentos, porém, não possui uma explicação para o *modus operandi* deste movimento.

A perspectiva dos mapas como instrumentos de dominação a serviço do poder é defendida pela Nova História da Cartografia (NHC). Dentro desta linha, Wood e Fells apontam como os mapas não são a expressão objetiva da realidade, mas um conjunto de imagens e signos utilizados por determinados interesses para criar uma realidade territorial particular. Por sua vez, Harley se utiliza do conceito foucaultiano de saber-poder e de desconstrução de Derrida para propor que os mapas são textos a serviço de relações de poder. É importante frisar que as reflexões da NHC não se aplicam a todo material cartográfico e são focadas nos mapas contemporâneos e eruditos produzidos para os governantes ou com fins comerciais (OLIVEIRA, 2014).

A última proposta teórica enfatiza a natureza informativa dos mapas e a diversidade de saberes inscritos nos seus signos. Um exemplo é o estudo de Gruzinski dos mapas do México nos séculos XVI e XVII — signos e saberes indígenas foram incorporados nestes mapas, que demonstraram a permeabilidade das culturas indígenas, mesmo em um contexto de dominação (OLIVEIRA, 2014). Oliveira também cita o uso de relatos sertanejos para a construção de mapas eruditos da América Portuguesa Oitocentista:

Se pensarmos a cartografia europeia do século XVIII indiferente aos conhecimentos daqueles que praticam o espaço representado, por qual motivo um de seus representantes mais ilustres embasaria seus estudos para a produção de um mapa com enorme repercussão acadêmica e diplomática em relatos de “rústicos” exploradores do território? Cedido por Luiz da Cunha a D’Anville, o relato dos irmãos Nunes serviu como mapa para a representação de um extenso território interior dos domínios portugueses na América (OLIVEIRA, 2014, p. 164–165).

As abordagens teórico-metodológicas listadas por Oliveira (2014) possuem aplicabilidades e limites que devem dialogar com o recorte, objetivos e problemas da pesquisa. É importante situar os mapas e o cartógrafo analisados em seu devido contexto histórico e espacial para evitar anacronismos ou uma má aplicação dos conceitos.

## 2.2 ENGENHARIA MILITAR E CARTOGRAFIA NO PORTUGAL OITOCENTISTA

Ao longo do século XVIII a América Portuguesa viveu um processo de expansão e internalização. Tal processo, combinado com novas noções de soberania territorial e mudanças no concerto dos estados europeus, demandou esforços da Coroa para consolidar e legitimar o seu controle dos territórios americanos, sobretudo onde havia litígios com a Espanha no Prata e a França na Bacia Amazônica. A demanda dos governadores e reformadores portugueses por um maior conhecimento e controle dos territórios esbarrava com a carência de engenheiros e cartógrafos formados no reino, o que motivou a contratação de especialistas estrangeiros e reformas no ensino, que buscavam promover a engenharia e a cartografia moderna. Se buscava formar uma elite ilustrada que poderia se utilizar dos saberes científicos para melhor controlar as populações e fronteiras (RAMINELLI, 2012).

Tais demandas ganham força com a Paz de Utrecht (1713), que consolidou o domínio Bourbon da Espanha e deixou os litígios fronteiriços de Portugal nas Américas irresolutos devido à anulação do Tratado de Tordesilhas (1492) com a perda de influência das bulas papais para as disputas territoriais no Novo Mundo. Neste novo contexto, os letrados e estadistas lusitanos tiveram de formular novas teorias da soberania e adotar outros argumentos nas suas reivindicações territoriais. Iris Kantor (KANTOR, 2009, p. 234) descreveu as Américas como um “laboratório de soberanias” devido a relativa ausência de soberanias concorrentes à monarquia, comparado com a Europa do Antigo Regime.

A posição adotada por Portugal ao longo do século XVIII foi a do *uti possidetis*, segundo a qual a posse do território seria legitimada pela ocupação de fato. Os diversos relatos e notícias históricos e geográficos que foram utilizados para a elaboração do Mapa das Cortes (1749), encomendado por Alexandre Gusmão, tinham como objetivo comprovar a ocupação portuguesa dos territórios e, com isso, legitimar a sua posse. O *uti possidetis* lusitano seria reforçado na segunda metade do século com os esforços das comissões demarcadoras e das Reformas Pombalinas de apagar a toponímia indígena e espanhola das fronteiras litigiosas (KANTOR, 2009).

O projeto de territorialização da Coroa Portuguesa contava, como principal obstáculo, com a carência de engenheiros e outros quadros técnicos e científicos. A solução se deu pela contratação de estrangeiros como membros das comissões demarcadoras, assim como sucessivas reformas do ensino e a promoção da engenharia e os saberes a ela associados, sobretudo a matemática, pela coroa (RAMINELLI, 2012).



A engenharia e a cartografia, como praticadas por Chagas Santos e os demais demarcadores de Madrid e Santo Ildefonso, se baseia nos tratados *Tratado do modo o mais fácil e o mais exacto de fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças* (1722) e *O Engenheiro Portuguez* (Tomo I, 1728). Ambos foram escritos por Manoel de Azevedo Fortes, membro da Academia Real de História e Engenheiro-Mor do Reino, e refletiam o projeto do reinado de Dom João V (1706–1750) de se utilizar da cartografia e relatos para legitimar as pretensões territoriais portuguesas na América (BUENO, 2004).

Azevedo Fortes se baseou nos manuais franceses de engenharia, traduziu e sistematizou o seu conhecimento. Neste sentido, Portugal se inseriu nas tendências da cartografia europeia oitocentista, a qual vinha se tornando cada vez mais padronizada e abstrata:

Observamos a progressiva passagem de um tipo de representação mais naturalista para um outro cada vez mais abstrato. Os motivos foram sucessivamente convencionados, e a natureza representada por meio de pictogramas (sistema primitivo de escrita no qual as idéias são expressas por meio de figuras simbólicas), ideogramas (sinal que exprime uma idéia) e outros símbolos gráficos (tramas, variação de valor, etc.). Essa esquematização simbólica pressupôs a uniformização das convenções para que se tornassem inteligíveis nos diferentes locais culturalmente afins (BUENO, 2004, p. 206).

Os signos utilizados na elaboração dos mapas se tornaram cada vez mais padronizados e abstratos, com uma linguagem e uma lógica próprias. Este processo significou uma limitação do caráter ornamental dos mapas e a limitação da linguagem escrita ao título e a legenda, com a cartografia nos Séculos das Luzes adquirindo uma linguagem própria.

Na posição de formador de engenheiros, Azevedo Fortes atuou como professor de José Custódio de Sá e Faria, demarcador do Tratado de Madrid. Beatriz Bueno aponta que, apesar da alta demanda por engenheiros e o aumento do seu número ao longo do século XVIII, ainda se trata de um grupo pequeno de atores, com apenas 72 atuando em toda a América Portuguesa na virada do século XVIII para o século XIX. Um grupo restrito de homens portadores de um saber ilustrado valorizado pelos interesses das monarquias do Antigo Regime (BUENO, 2011).

O trabalho do engenheiro militar não era restrito aos gabinetes, e a realização de cartas topográficas e mapas demandava um extenso trabalho de campo. O tratado de Azevedo Fortes ensinava que o engenheiro deveria se posicionar com os seus instrumentos de medição matemática em um ponto alto e realizar um esboço da área a ser mapeada com base em pontos

de referência (morros, rios, vilas e outros acidentes geográficos). A medição das distâncias e posições dos pontos de referência requeriam cálculos matemáticos complexos de trigonometria e o uso de instrumentos de medição especializados como o astrolábio, além do conhecimento da latitude e longitude da área a ser mapeada. Transferidas estas informações na forma de desenhos borrados e anotações, o engenheiro poderia passá-las a limpo em seu gabinete, transformá-las, então, em um plano ou mapa baseado em parâmetros científicos e matemáticos, com uma carta que relatasse um reino ou província, sendo uma combinação de vários desenhos produzidos em levantamentos topográficos (BUENO, 2004).

Tal levantamento não era tarefa única do engenheiro e demandava a presença de auxiliares, cuja função era ajudar o engenheiro nas suas medições e desenhos. Igualmente importante eram os práticos, vaqueanos ou picadores de mato, cujo conhecimento empírico e prático do território era necessário para o levantamento, principalmente em regiões onde a soberania monárquica e o conhecimento científico da terra eram esparsos. Francisco das Chagas Santos se inseriu na comissão demarcadora, inicialmente, como um auxiliar de engenharia. Pode-se inferir, com base nas instruções de Azevedo Fortes, que o jovem oficial teria passado os seus primeiros anos no Rio Grande de São Pedro, auxiliando João Roscio nos levantamentos topográficos e nos desenhos deles resultantes (BUENO, 2004).

Durante a demarcação do Tratado de Madrid em meados do século XVIII ainda havia uma grande carência de engenheiros portugueses, o que obrigava a Coroa a contratar engenheiros italianos e alemães. A inserção de estrangeiros nas comissões demarcadoras, como o italiano Miguel Angelo Blasco, provocava desconfiança e medo que estes pudessem vender mapas e informações sobre o interior dos domínios portugueses para monarcas rivais (VERES, 2014).

As reformas promovidas por Pombal inseriram o ensino das ciências físicas e matemáticas na Universidade de Coimbra e no *Colégio dos Nobres*, o que fomentou o interesse entre as elites portuguesas pela História Natural. A formação de engenheiros nestas instituições e nas Academias e Aulas Reais permitiu que, no final do século XVIII, Portugal contasse com um Real Corpo de Engenheiros (1792) e não dependesse de técnicos de outros países europeus para a demarcação de Santo Ildefonso, porém é importante notar que a introdução do ensino científico em Coimbra se deu, em grande parte, com a contratação de professores estrangeiros (BUENO, 2004).

A difusão do ensino da engenharia não se limitou à Coimbra e se difundiu nas diversas províncias e conquistas do Império Ultramarino, por meio das *Aulas de Arquitetura Militar*. Estas aulas seguiam os modelos estabelecidos em Lisboa, onde o ensino de engenharia militar

era ministrado pelo Engenheiro-Mor do Reino, e atuaram na difusão da cultura erudita arquitetônica, urbanística e geográfica. Em províncias, como o Rio de Janeiro, as aulas eram administradas pelos principais engenheiros militares da província para pequenas turmas de “partidistas” selecionados entre jovens oficiais que mostrassem aptidão para a engenharia. A engenharia militar e o domínio das ciências apareciam, então, como uma oportunidade de ascensão social dentro do Antigo Regime, dada a sua valorização pela Coroa e a difusão de núcleos de formação de engenheiros ao longo do Império (BUENO, 2005).

A importância do saber ilustrado para o controle das fronteiras pela Coroa é apontada por Raminelli (2012):

Desde o Tratado de Santo Ildefonso, a Coroa contratava profissionais para explorar não apenas o conhecimento cartográfico, mas para preservar fronteiras, incentivar as atividades comerciais e agrícolas. Em áreas disputadas, os demarcadores registravam o potencial das lavouras e da mão de obra. Indicavam ainda as técnicas agrícolas adequadas e produziam mapas populacionais de vilas e aldeias. Embora precários e pouco sistemáticos, os relatórios eram eficazes para traçar perfil da população radicada na fronteira (RAMINELLI, 2012, p. 36–37).

Evidentemente, a imposição da soberania da monarquia portuguesa não se deu de forma uniforme por todos os territórios, houve dificuldades logísticas, resistências locais e mesmo a cooptação destes esforços por grupos indígenas em favor de seus interesses, segundo Jeffrey Erbig (ERBIG, 2016). A cartografia produzida por Chagas Santos e outros engenheiros militares, à serviço de Portugal, pode ser entendida como um dos vários instrumentos de territorialização existentes neste período histórico. Tal cartografia foi resultado de um longo esforço da monarquia portuguesa de promover os saberes considerados científicos e formar homens ilustrados, ambos considerados necessários para legitimar, por meio dos mapas, a soberania lusitana nas Américas, baseada no *uti possidetis*.

### 3. CARTOGRAFIA E TRAJETÓRIA DE FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS NA DEMARCAÇÃO DO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO

#### 3.1 A TRAJETÓRIA DE FRANCISCO DE CHAGAS SANTOS (1780-1807)

Busca-se, nesta pesquisa, reconstituir a trajetória de Francisco das Chagas Santos por meio da documentação primária recolhida no AHU-Projeto Resgate, SANI e BNDigital. Não foram encontrados estudos recentes focados na trajetória de Chagas Santos ou que se utilizassem, de forma aprofundada, da sua cartografia. As fontes secundárias que tratam especificamente de Francisco das Chagas Santos são mini biografias publicadas em coletâneas bibliográficas de cartógrafos ou gerais brasileiros, as quais possuem valioso caráter informativo, mas não se engajam em uma crítica historiográfica significativa (LAGO, 1938; VITERBO, 1964; SILVA, 1906).

A pandemia causada pelo Covid-19, em 2020 e 2021, efetivamente tornou impossível a pesquisa em arquivos físicos, o que limitou o escopo da investigação documental aos documentos disponíveis, de forma digitalizada, na internet. A documentação manuscrita levantada permitiu reconstituir a trajetória de Chagas Santos durante a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, porém, é possível que existam documentos primários úteis para os objetivos desta pesquisa que aguardam por serem utilizados quando a sua consulta se tornar viável e segura novamente.

Ao procurar nos arquivos e catálogos de mapas históricos, encontrou-se apenas um mapa assinado por Chagas Santos com o título de *Carta corográfica que compreende a capitania de S. Pedro, parte do governo de Montevideo incluza a cidade desde nome ... conforme se ordena no tratado preliminar de limites de 1º de outubro de 1777 na qual se vê traçada a parte que se demarcou pelos primeiros comissários en consecuencia do estipulado no mesmo tratado : Os campos de que estavamos de posse antes da última guerra de 1801<sup>2</sup>*. Este mapa se encontra preservado na Biblioteca Nacional e foi disponibilizado *on-line* pelo portal BNDigital. A ficha técnica não informa uma data para a sua confecção, mas descreve as suas como sendo de 150 x 180 cm, tratando-se, então, de um mapa amplo e detalhado (SANTOS, [18--]).

A falta de uma cartografia extensa com a autoria de Chagas Santos se explica pelo seu papel de ajudante de João Roscio durante a maior parte da sua atuação como demarcador. No papel de ajudante de engenharia caberia ao jovem Chagas Santos ajudar Roscio a realizar as

---

<sup>2</sup> Doravante adota-se, nessa pesquisa, o nome abreviado de Carta Corográfica da Capitania de São Pedro e Arredores para facilitar a leitura do texto.

observações e os cálculos necessários para o levantamento topográfico, além de desenhos e borrões que, posteriormente, seriam utilizados na confecção de mapas. Propõe-se, então, entender a produção cartográfica de Chagas Santos não só como a construção de um mapa isolado em si mesmo, mas como parte de um processo de acumulação de conhecimentos e materiais sobre o território, pela comissão demarcadora, e de ascensão do engenheiro-militar dentro da mesma — tendo ido de auxiliar de engenharia até chefe da Comissão Demarcadora.

Francisco das Chagas Santos se inseriu na comissão demarcadora graças ao intermédio de Francisco João Roscio. Em 1781 o sargento-mor dos engenheiros João Roscio, que já possuía ampla experiência como cartógrafo e engenheiro no Rio Grande de São Pedro e no Rio de Janeiro (AHU\_ACL\_CU\_059. Cx. 3, D. 218, 1781), se queixa, em ofício enviado ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, de ter sido nomeado para a comissão demarcadora do Tratado de Santo Ildefonso. O engenheiro cita um amplo serviço à coroa nos últimos 18 anos ao custo da sua saúde e bem-estar como argumento contra a sua nomeação, assim como o desejo de passar os seus últimos anos com a sua família. Entre as condições estipuladas para aceitar este posto, João Roscio pede que possa levar Chagas Santos, então um jovem de 18 anos, como ajudante de engenharia na comissão:

Eu me acho com grande diminuição na vista para continuar desenhar no Gabinete, no Rio de Janeiro achei um rapaz, que se chama Francisco das Chagas Santos com grande paixão pela matemática, e lá estudou mais de um ano, escreve e desenha muito bem, quis seu pai ceder-mo para me ajudar ao dito trabalho com a esperança de eu cuidar do seu adiantamento e educação. Têm estudado na nova aula de matemática desta Corte, enquanto mostra todo o bom cuidado, capitulação, que se pode esperar na sua idade, que são 18 anos incompletos. O que lhe falta para finalizar os seus estudos, eu lhe posso ensinar e obrigá-lo a aplicação deles. (...) Eu dele em pouco tempo posso fazer um bom oficial, e outro qualquer, que pode aceitar o mesmo Posto, é difícil acha lo com as mesma circunstâncias, nem me guardará a mesma fidelidade, segredo, e obediência, a que tenho acostumado este, de que trato, nem eu posso ter outro mais de me desembaraçar dele, pois o trouxe por zelo do serviço, e poder melhor satisfazer as diligências, que se me encarregaram (AHU\_ACL\_CU\_059. Cx. 3, D. 218, 1781).

Em outro ofício, o próprio Chagas Santos suplica à Rainha Maria I para ser nomeado “ajudante de infantaria com exercício de engenharia” na comissão demarcadora. Neste requerimento o jovem se identifica como aluno da Academia Real da Corte e relata as suas experiências na “Aula” criada para formar oficiais da marinha e engenheiros. Na carta escrita pelo próprio Chagas Santos e no relato de João Roscio, enviado em anexo, se afirmam os conhecimentos de aritmética, geometria, trigonometria e álgebra do jovem estudante, assim como de escrita e desenho (AHU\_ACL\_CU\_17. Cx. 115, D. 9439, 1781). Como visto no

capítulo anterior, estas “Aulas” possuíam um caráter restrito e intermitente, sendo ministradas por um engenheiro experiente para jovens seletos considerados promissores para o ofício.

Enquanto se destaca a aptidão do pretende a engenheiro para a matemática, aparecem também as circunstâncias que permitiram o seu recrutamento. Ao confiar o “adiantamento e educação” do seu filho ao engenheiro militar João Roscio, o pai de Chagas Santos via, nesta forma de serviço à Coroa e nos saberes matemáticos, uma forma de ascensão social para o seu filho. Como visto anteriormente, esse período foi marcado por uma crescente importância dos saberes ilustrados e matemáticos e a sua difusão ao longo dos domínios portugueses. Ser um homem ilustrado no século XVIII era, ao mesmo tempo, uma forma de servir à Coroa e de pleitear uma ascensão social dentro do Antigo Regime (RAMINELLI, 2012).

Outra informação interessante é a de que o próprio Roscio se considerava incapaz de realizar todas as tarefas exigidas de um engenheiro e cartógrafo, citando, inclusive, o declínio na visão — neste contexto, a escolha de um auxiliar considerado apto e fiel era de suma importância para Roscio. As afirmações de Roscio sobre o declínio das suas capacidades cognitivas reforça a hipótese que Chagas Santos deve, na posição de auxiliar, ser considerado coautor dos mapas e relatos de João Roscio depois de 1781. Ainda assim, é importante frisar que Chagas Santos demoraria uma década até ser promovido e se tornar um “bom oficial”, e João Roscio pode bem ter exagerado o declínio da sua saúde como argumento para não receber um posto na comissão demarcadora, o que, após ter servido na capital do Vice-Reino do Brasil e depois no Reino de Portugal, poderia parecer um passo atrás na sua carreira militar.

Os trabalhos dos demarcadores portugueses e espanhóis só começaram, efetivamente, no Rio Grande de São Pedro em 1784, com o comando de Sebastião Xavier da Veiga Cabral do lado português e de José de Varella Y Ulloa do lado espanhol. Os trabalhos prosseguiram de forma lenta devido a uma série de disputas dos dois lados, que se acusavam de interpretar o Tratado de Limites de má fé, mover a posição e nomes dos rios em benefício próprio e se recusar a demolir fortificações que ocupavam território considerado neutro. A área demarcada de comum acordo, com marcos de pedra balizando os campos neutrais, foi pequena, com portugueses e espanhóis erguendo cinco marcos de cada lado da fronteira entre Santa Tecla e Monte Grande (atual Santa Maria/RS) (CÉSAR, 1981).

Em dezembro de 1786, uma subdivisão comandada por Francisco João Roscio se destacou da principal divisão demarcadora e assumiu a demarcação dos territórios setentrionais sob responsabilidade da comissão, os quais se estendiam da fronteira dos Sete Povos das Missões até o Rio Iguaçu. De relatos dessa subdivisão, há, do lado espanhol, os

escritos de André de Oyarvide, os quais foram compilados e editados pelo jurista e historiador argentino Carlos Calvo no século XIX (BERTOCCHI MORAN, 2009). Infelizmente, o único comissário português a deixar um diário abrangente sobre a demarcação, José Saldanha, esteve ausente desta subdivisão (CÉSAR, 1981).

Os diários de Oyarvide sobre a subdivisão em que atuou entre 1786 e 1795 ressaltam as dificuldades enfrentadas pela comissão espanhola, tanto por causa da hostilidade do terreno quanto pela falta de cooperação dos portugueses que, na perspectiva de Oyarvide, estavam pouco interessados em, de fato, cumprir o Tratado de Santo Ildefonso. De fontes portuguesas sobre este capítulo na demarcação da fronteira, encontram-se dois documentos no SIAN, arquivados com o título *Comunicado dos Geografos*. Ambos são assinados por André Oyarvide e Francisco das Chagas Santos e tratam de uma expedição de reconhecimento dos rios Santo Antônio e Pepiri-Guaçu, comandada por ambos em 1788 (BR RJANRIO RD.0.DDF.48, 1788).

Nesses dois documentos, os comissários espanhol e português concordam em abandonar a expedição e retornar ao acampamento na foz do rio Iguaçu sem cumprir o objetivo original de alcançar a foz do Peperi-Guaçu. O motivo dado são as dificuldades logísticas encontradas pela expedição em meio “aos países de índios infiéis”<sup>3</sup>, com a diligência que sofria com moléstias e faltas de alimentos, sendo obrigada a abandonar membros incapazes de prosseguir nas margens do rio Santo Antônio. Nesse documento, pode-se observar um relato das dificuldades e carências enfrentadas pelas comissões demarcadoras mesmo quando escolhiam cooperar e a dependência do apoio indígena para realização das suas tarefas. A hostilidade dos indígenas classificados como infiéis resultou no fracasso da expedição de reconhecimento comandada por Chagas Santos e Oyarvide (BR RJANRIO RD.0.DDF.48, 1788).

O fracasso em alcançar a foz do rio se deu no contexto de um acirrado conflito entre as duas partidas sobre a identificação do rio Peperi-Guaçu, o qual deveria marcar a fronteira entre a América Espanhola e Portuguesa. A segunda comissão demarcadora do Tratado de Madrid, que usava o mesmo rio como marco fronteiro, determinou, em 1759, que o rio Peperi-Guaçu era um rio com sentido N-S, cuja foz no rio Uruguai estava à Oeste da posição indicada no Mapa das Cortes (1749) usado pelos comissários, onde o rio tinha foz mais ao Leste e sentido NE-SO. O líder guarani missioneiro Francisco Xavier Arirapi apontou aos

---

<sup>3</sup> Para saber mais sobre os ditos “índios infiéis” ver GARCIA, Elisa Fruhauf. **Identidades e Políticas Coloniais: guaranis, índios infiéis, portugueses e espanhóis no Rio da Prata, c.1750-1800**. Anos 90, Porto Alegre, v. 18, n. 34, p. 55-76, dez. 2011

comissários a posição do Peperi-Guaçu utilizada no Mapa da Demarcação (1759) produzido pelos comissários e acordado por espanhóis e portugueses naquele momento (BOCALON; OTSUSCHI, 2020).

Durante a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, o comissário espanhol Félix de Azara colocou em dúvida a validade do testemunho do indígena. Segundo Azara a comissão demarcadora anterior fixou a foz do Peperi-Guaçu enquanto subia o rio Uruguai acompanhada de apenas um prático indígena que pouco conhecia a região e apontou um rio que não condizia com os mapas ou instruções dos comissários (BOCALON; OTSUSCHI, 2020). O fracasso da expedição de Chagas Santos e Oyarvide deixou sem solução a questão de qual seria a foz do Peperi-Guaçu, e o litígio fronteiro permaneceria entre portugueses e espanhóis e, posteriormente, entre brasileiros e argentinos. A questão só foi resolvida no final do século XIX em uma série de negociações entre Brasil e Argentina, protagonizadas pelo Barão do Rio Granco que definiram que o Peperi-Guaçu era de fato a fronteira legal entre os dois países e localizado na posição indicada por Arirapi aos comissários em 1759 (GOLIN, 2015).

A desconfiança dos espanhóis tinha razão de ser. Nas margens da Lagoa do Mirim os demarcadores debateram qual seria o arroio da lagoa que serviria de limite dentro dos artigos do Tratado de Santo Ildefonso. Os espanhóis apontavam o Piratini como sendo este arroio, enquanto os portugueses afirmavam que o Piratini era um rio e não um arroio e propunham que o limite deveria se dar mais ao sul no Arroio Grande. Neste período de indefinição da fronteira, os estancieiros luso-brasileiros se aproveitavam para avançar sobre as terras e gado *vacum* da Lagoa do Mirim e seus arroios, na prática dilataram os domínios portugueses até o Jaguarão. Este processo foi apoiado pela Coroa Portuguesa por meio da concessão de sesmarias. Os próprios marcadores receberam cartas de sesmarias e se integraram, por casamento, à elite fundiária do Rio Grande de São Pedro (OSÓRIO, 1990).

Em 1795, Chagas Santos requiriu uma sesmaria ao provedor da fazenda real de Porto Alegre, e utilizou, como argumento, o mérito do seu serviço na comissão demarcadora e a capacidade de povoar e cultivar os campos da fronteira:

Diz o Capitão Engenheiro Francisco das Chagas Santos atualmente empregado na Expedição da Demarcação de Limites em que tem servido, e continua a servir com a eficácia e desvelo que lhe é possível, que no Distrito da referida Demarcação dos Marcos da Fronteira para dentro se acham terrenos e campos devolutos sem cultivação, e porque Suplicante tem meios de os fazer cultivar em aumento dos Reais Dízimos, e para o poder fazer com título legítimo na forma das ordens de Sua Majestade pretende. Se lhe concedam, e assim se quer por sesmaria três léguas em quadra fazendo sua divisão pelo Leste e Sul com o Rio *Bacacuy* fazendo encosto pelo outro lado ao Passo de Dom Miguel, e pelo Oeste com a própria raia, e pelo o



Norte até onde se completarem as mesmas três léguas (...) (BR RJANRIO BI.0.R14.454 — Dossiê, 1795).

Três anos mais tarde, a sua integração na elite fundiária continuaria com o casamento com Matilde Figueiredo, descendente da família Souza Fernando, influente na capitania e proprietária de terras, e aparentada do tenente-coronel Manoel Marques de Souza, esse, por sua vez, era genro do também engenheiro militar e demarcador Alexandre Eloi Porteli. A rede social se completava com o parentesco de Pinto Bandeira com Marques de Sousa e, por extensão, os demarcadores, associando esses a uma das principais lideranças do contrabando e apropriação da terra e gado na fronteira (GIL, 2005).

Em paralelo a este processo de ascensão social pela aquisição de terras e casamentos com a elite local, Chagas Santos foi seguidamente promovido dentro das forças armadas portuguesas. Em 1791 foi feito capitão, em 1800 sargento-mor de engenheiros e em 1804 tenente-coronel. Dentro desta progressão militar, encontra-se o requerimento de promoção à tenente-coronel:

Representa a Vossa Alteza Real o Sargento mor do Real Corpo de Engenheiros Francisco das Chagas Santos, mandado destacar de Lisboa para a 1<sup>o</sup> Divisão da Demarcação de Limites da América Meridional, à 22 anos, em cujo dilatado tempo se tem empregado o Sup.e (suplicante) sem nota, nem interrupção, com todas as suas forças no Real Serviço, ou seja na sobred.a Demarcação, ou fora dela, como mostra pelas Atestações inclusas no n<sup>o</sup>1 do seu Chefê o Brigadeiro Comissário de Limites na sobredita Demarcação, e Governador Interino que foi da Capitania do Rio Grande de São Pedro, e n<sup>o</sup> 2 da Câmara de Porto Alegre. Não obstante a eficácia com que o Suplicante se tem esmerado no desempenho de tudo quanto se lhe tem incumbido relativamente ao Real Serviço apesar dos naufrágios, e perigos de vida, por q~ (que) tem passado, se vê com tudo atrasado em acrescentamento de pôsto, comparado não só com muitos de seus condiscípulos (...)

Portanto, implora o Suplicante os generosos efeitos da Beneficência, e Retidão de V.A.R; esperando da Sua Real Clemência, que atendendo os mencionados serviços praticados com zelo, e fidelidade, em muitas, e diversas Campanhas, como consta das referidas Atestações autenticadas, haja por bem conceder ao Suplicante a Graça de o promover ao pôsto de Tenente Coronel, continuando a vencer o antigo soldo dobrado da antiga tarifa do Reino, na forma do estilo; mandando-lhe abrir acento no e Monte Pio e Militar, fazendo-se o desconto necessário pela Tesouraria-Geral das Tropas do Rio de Janeiro (...) (AHU\_ACL\_CU\_019. Cx. 7, D. 503, 1804).

O pedido de promoção e, por consequência, aumento do soldo, se assentava em diversos argumentos: a diligência no Real Serviço expresso nos trabalhos demarcatórios, os perigos pessoais enfrentados durante as partidas, a defasagem em relação ao soldo de outros oficiais e os preços — o que obrigaria Chagas Santos a recorrer ao Monte Pio, instituição de caridade privada que fornecia empréstimos aos seus membros.

É curioso observar que, no pedido de sesmaria, cinco anos antes, Chagas Santos afirmava ter os meios para cultivar uma considerável extensão de terra em território fronteiriço, mas no seu pedido de promoção se queixa de uma suposta precariedade financeira. O inventário doméstico que temos acesso pelo 2º Cartório do Cível de Porto Alegre foi feito após a morte de Chagas Santos em 1837, listando seis estâncias localizadas próximas de Porto Alegre ou nos Sete Povos das Missões, junto com numerosos escravizados e cabeças de gado vacum (2º Cartório Cível de Porto Alegre - P\_243\_M\_9\_A\_1845). As estâncias localizadas nos Sete Povos das Missões provavelmente foram adquiridas por Chagas Santos após 1808, quando se tornou Comandante de Fronteira das Missões e se utilizou desta posição para adquirir vastas extensões de terras segundo o testemunho do viajante francês Saint-Hilaire (SAINT-HILAIRE, 1821). Sabe-se que outro demarcador, Alexandre Eloy Portelli, foi acusado na própria época de ocultar sesmarias e afirmar falsamente que vivia apenas do soldo, e é possível que outros, como Chagas Santos, tenham se utilizado de artimanhas similares para obter terras e benesses, porém não há confirmações para esta hipótese (OSÓRIO, 1990).

Entre as Atestações recolhidas por Chagas Santos para conseguir a sua promoção se destaca a escrita por João Roscio, então chefe da comissão demarcadora. Entre os serviços relevantes de Chagas Santos listados por Roscio estariam o desenho de planos do território demarcado, medições de terra e a elaboração de uma carta da Capitania do Rio Grande de São Pedro e os seus arredores (AHU\_ACL\_CU\_019. Cx. 7, D. 503, 1804).

Na América Portuguesa do século XVIII o oficialato era visto como um meio de obter prestígio e ascensão social, uma opção de carreira popular entre os naturais do Brasil. Entre as reformas promovidas no início do século por Dom João V está a proibição das atividades mercantis de governadores, ministros da fazenda e justiça e oficiais de guerra. Tal lei nem sempre foi cumprida, mas tornava mais difíceis os planos de reinóis que viam no serviço militar no Brasil uma chance de riqueza pessoal. Por outro lado, o governador e militar Gomes Freire, líder da comissão demarcadora do Tratado de Madrid, alertava para a tendência de oficiais solteiros de compensarem a falta de atividades econômicas se casando e aliando com famílias ricas locais; algo que propunha contrabalancear com melhores soldos para os oficiais (CRUZ, 2015).

A promoção de Chagas Santos ao posto de tenente-coronel se deu no contexto da conquista dos Sete Povos das Missões em 1801. A troca de soberania deste território da Espanha para Portugal se deveu, em grande parte, à atração dos guaranis missioneiros para o lado português e à aliança indígena com atores marginalizados ou subalternos da sociedade

portuguesa — mestiços e desertores que circulavam no espaço fronteiriço entre diferentes soberanias e territorialidades (GARCIA, 2005). Este evento duplicou a área do Rio Grande e dilatou os domínios portugueses muito além do acordado em Santo Ildefonso, porém as comissões demarcadoras seguiram existindo e atuando nesta nova conjuntura.

Em 1805 faleceu Francisco João Roscio e o comando da comissão demarcadora passou para Francisco das Chagas Santos, junto aos papéis da comissão e os diversos desenhos e relatos assinados por João Roscio durante os vinte anos de trabalho demarcatório. O inventário realizado por Chagas Santos, e hoje encontrado na Biblioteca Nacional, lista planos, desenhos e borradores de diversas áreas percorridas pelos demarcadores de Madrid e Santo Ildefonso. Estão inclusos planos de regiões específicas, como a Lagoa do Mirim, o rio Ibicuí, a barra do Rio Grande, os arroios dos Chuí e São Miguel, o forte de Santa Teresa. Também foram realizados borrões da capitania do Rio Grande de São Pedro como um todo. De documentos escritos foram legadas Relações de Informações sobre o Rio Grande, Rio de Janeiro e Santa Catarina, centenas de cartas para Veiga Cabral e cadernos da demarcação de Santo Ildefonso, que infelizmente foram danificados pela água (SANTOS, 1806).

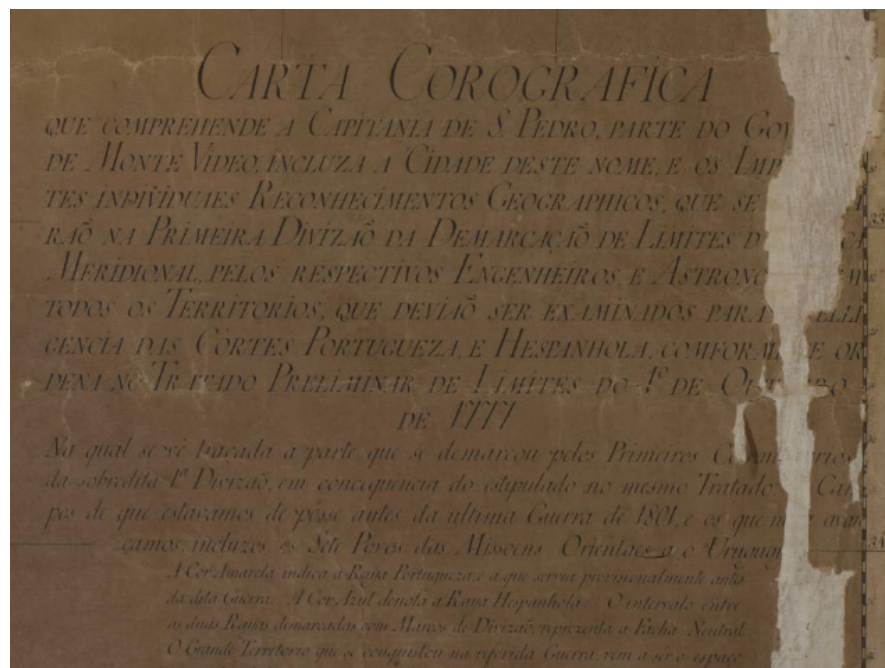
O mapa que Chagas Santos já estaria elaborando, segundo a Atestação de João Roscio (AHU\_ACL\_CU\_019. Cx. 7, D. 503, 1804), contava com um amplo material na forma destes desenhos e relatos. Em 1806 o novo chefe da comissão demarcadora ofereceu um parecer da situação da fronteira e dos trabalhos da dita comissão após a morte de João Roscio, além de noticiar que estaria trabalhando em um mapa da capitania do Rio Grande de São Pedro que mostrava os avanços territoriais da “Guerra de 1801” e as atuais posições da fronteira (AHU\_ACL\_CU\_019. Cx. 10, D. 618, 1806). Em 1807, Chagas Santos partiu para Lisboa com o objetivo de expor o seu mapa do Rio Grande de São Pedro à corte (AHU\_ACL\_CU\_017. Cx. 242, D. 16544, 1807), só para encontrar a capital já ocupada pelas tropas francesas. Retornou, então, ao Rio de Janeiro, onde pôde entregar o mapa ao Conde Linhares, secretário da marinha e ultramar (SILVA, 1906).

Se encerra, aqui, a pesquisa sobre a trajetória de Chagas Santos, que pretendeu-se reconstituir, na medida que em 1807–1808 se encerraram de fato os trabalhos da comissão demarcadora do Tratado de Santo Ildefonso, e a Transferência da Corte para o Brasil cria um novo contexto histórico que requer outras referências bibliográficas, teóricas e metodológicas.

### 3.2 ANÁLISE DA CARTA COROGRÁFICA DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E ARREDORES

A Carta Corográfica da Capitania do Rio Grande de São Pedro e Arredores se encontra atualmente arquivada na Biblioteca Nacional e é disponibilizada pela sua plataforma *on-line*, BNDigital. A sua ficha descreve o mapa como aquarelado com dimensões de 150 x 108 cm, com autoria atribuída a Francisco das Chagas Santos, mas não informa uma data. A única legenda informa o texto completo do mapa que o descreve como baseada no traçado dos demarcadores do Tratado de Santo Ildefonso. Segundo o texto da legenda, a linha amarela representa a fronteira demarcada pelos portugueses e a azul pelos espanhóis, já o território missioneiro conquistado em 1801 está colorido em carmim (SANTOS, [18--]).

Figura 1 — Legenda da Carta Corográfica



Fonte: Santos ([18--]).

Em fevereiro de 1806 Chagas Santos enviou um ofício ao secretário de marinha e ultramar João Rodrigues de Sá e Melo no qual relata o estado das demarcações após a morte de João Roscio, afirma que os espanhóis teriam abandonado os esforços demarcatórios e recomenda a realização de novo acordo de limites que legitimasse a posse portuguesa dos Sete Povos das Missões por “direito de conquista”. Para expor a sua defesa da Conquista das Missões e do expansionismo luso-brasileiro no Prata Chagas Santos propõe expor na Corte o mapa que está elaborando do Rio Grande de São Pedro:

(...) preciso que V.Ex.a haja por bem conceder-me que logo depois d'eu concluir a construção do Plano-geral de toda a referida Demarcação, anexo ao desta Capitania, até a Ilha de Santa Catarina, possa ter a honra de ir pessoalmente apresentar a V.Ex.a o mesmo Plano, à vista do qual mostrarei com individualização aqueles objetos mais essenciais, e interessantes a respeito da citada Demarcação, e da mesma Capitania; os quais não podem deixar de merecer a atenção de V.Ex.a; como por exemplo: os grandes territórios, que os Espanhóis têm usurpado em prejuízo dos Domínios Portugueses, e contra o estipulado no Tratado Preliminar de Limites de 1777: as arbitrarias e inadmissíveis pretensões dos mesmos Espanhóis, que não obstante as vastas extensões que ocupam, ficando as suas campanhas, e estabelecimentos cobertos, querem que os nossos reduzidos Domínios na parte desta Demarcação sejam indefesos e de todo abertos; ainda naqueles mesmos lugares em que o dito Tratado nos é favorável: as atendíveis circunstâncias da sobredita Capitania, que por sua posição local merece outras providências, sendo a principal e mais importante Fronteira de todo o Brasil: a extensão de terreno, que avançamos na última Guerra, incluso os Sete Povos Guaranis Orientais ao Uruguai; os quais ainda que algumas pessoas tenham dito e informado que de nada servem se não de enfraquecer as nossas forças e Fronteira, V.Ex.a verá que semelhante opinião é tão extravagante como destituída de fundamento (SANTOS, 1806).

Pode-se inferir, com segurança, que o mapa aqui descrito é o arquivado na Biblioteca Nacional. Pela legenda, o mesmo só pode ter sido desenhado após 1801, e a ênfase presente na Carta Corográfica colocada nos conflitos fronteiriços e na expansão territorial, da qual Chagas Santos se coloca como apologista, corresponde com a descrição dos objetivos do mapa feitos neste ofício. A Carta Corográfica deve ter, então, sido finalizada não muito depois e levada com Chagas Santos para Lisboa e depois para o Rio de Janeiro, junto com outros papéis da comissão.

Segundo Beatriz Bueno, os mapas de uma província ou reino eram feitos em conjunto com uma série de planos de regiões menores, baseados em levantamentos topográficos (BUENO, 2004). Graças ao inventário feito por Chagas Santos dos papéis de João Roscio, pode-se ter uma boa ideia do material utilizado no desenho desta Carta Corográfica. Parte do argumento é que as regiões retratadas com maior precisão e detalhamento foram, na maioria dos casos, as listadas no dito inventário. Parte destes planos e mapas foram elaborados durante a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, presumivelmente com a participação de Chagas Santos nos levantamentos topográficos e desenhos na condição de auxiliar ou oficial subordinado. O inventário também lista mapas da demarcação do Tratado de Madrid, o que explicaria o amplo detalhamento de lugares que Chagas Santos não deve ter percorrido por não serem contemplados por Santo Ildefonso, como os rios Cebollati, Chuí e Ibicuí.

Dada a ampla dimensão e detalhamento do mapa, buscou-se fazer uma análise de diferentes partes e aspectos do mesmo, considerados de maior interesse pelos objetos e problemática desta pesquisa.

A linha amarela que representa a demarcação portuguesa se estende por toda a Capitania do Rio Uruguai até a Lagoa do Mirim, enquanto a linha azul, referente à demarcação espanhola, abrange uma área limitada entre Santa Tecla e o rio Ibicuí-Mirim. A falta de cooperação e acordos entre as comissões portuguesa e espanhola marcou a cartografia na ausência de uma tentativa de definição formal da maior parte da fronteira. A curta linha azul junto com o seu par amarelo sinaliza os marcos colocados pelos comissários em 1784, num dos poucos momentos de acordo entre as duas partes (CÉSAR, 1981). Também chama atenção, nesta região, o rio Vacacaí, localização da sesmaria requerida por Chagas Santos (BR RJANRIO BI.0.R14.454 — Dossiê, 1795).

Figura 2 — Linhas demarcatórias e marcos portugueses e espanhóis Carta Corográfica



Fonte: Santos ([18--]).

Mais ao sul é possível observar o ponto de uma das principais contendas entre as comissões demarcadoras em torno da Lagoa do Mirim. Segundo Osório, os espanhóis consideravam o rio Piratini o marco divisório estipulado nas instruções do Tratado de Santo ildefonso, enquanto os portugueses atribuíam este papel ao Arroio Grande (OSÓRIO, 1990). Chagas Santos reflete a posição portuguesa ao colocar a linha amarela no Arroio Grande em vez do Piratini, o que também permite observar a grandiosidade do território apropriado pelos luso-brasileiros entres os dois rios.

Figura 3 — Arroyo Grande e Rio Piratini na Carta Corográfica

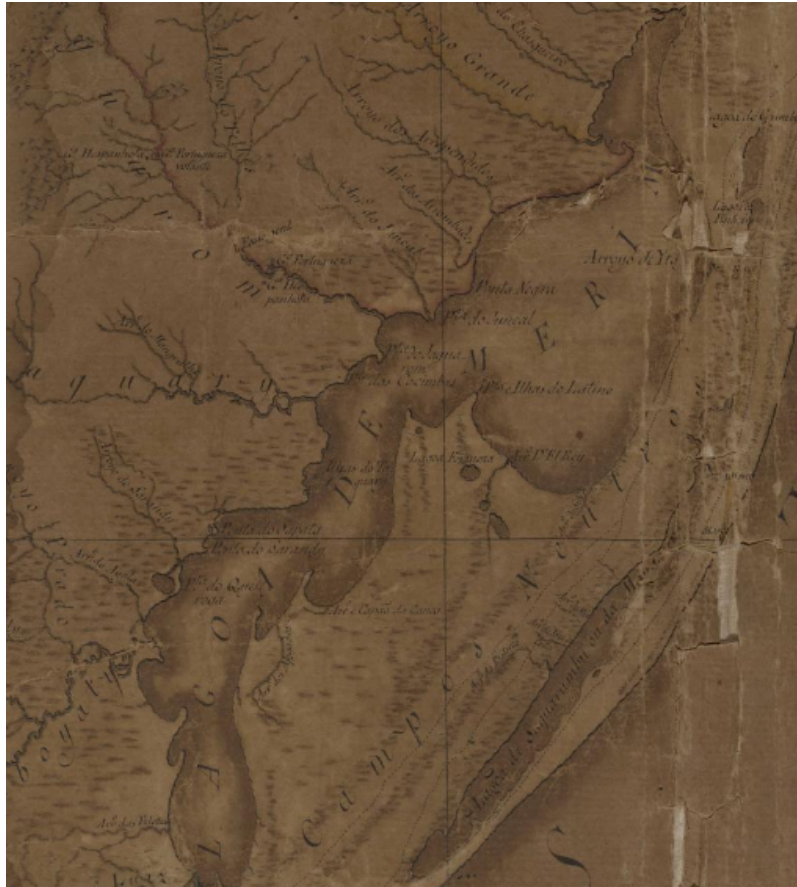


Fonte: Santos ([18--]).

A representação da Lagoa do Mirim reflete, além das aspirações territoriais luso-brasileiras, as condições de produção do mapa aqui analisado. Um exemplo claro do uso feito por Chagas Santos da cartografia de João Roscio na elaboração da Carta Corográfica da Capitania do Rio Grande de São Pedro e arredores é a semelhança entre a representação da Lagoa do Mirim e a faixa de terra que a separa do Oceano Atlântico. No mapa de João Roscio da Lagoa do Mirim é utilizada a denominação de Campos Neutros para esta faixa de terra, o mapa de Chagas Santos se utiliza do mesmo topônimo — que não é empregado em nenhum outro lugar do mapa. Ambos os mapas contêm a palavra **costado** gravada em grandes letras na mesma posição.



Figura 4 — Lagoa do Mirim e “Campos Neutros” na Carta Corográfica

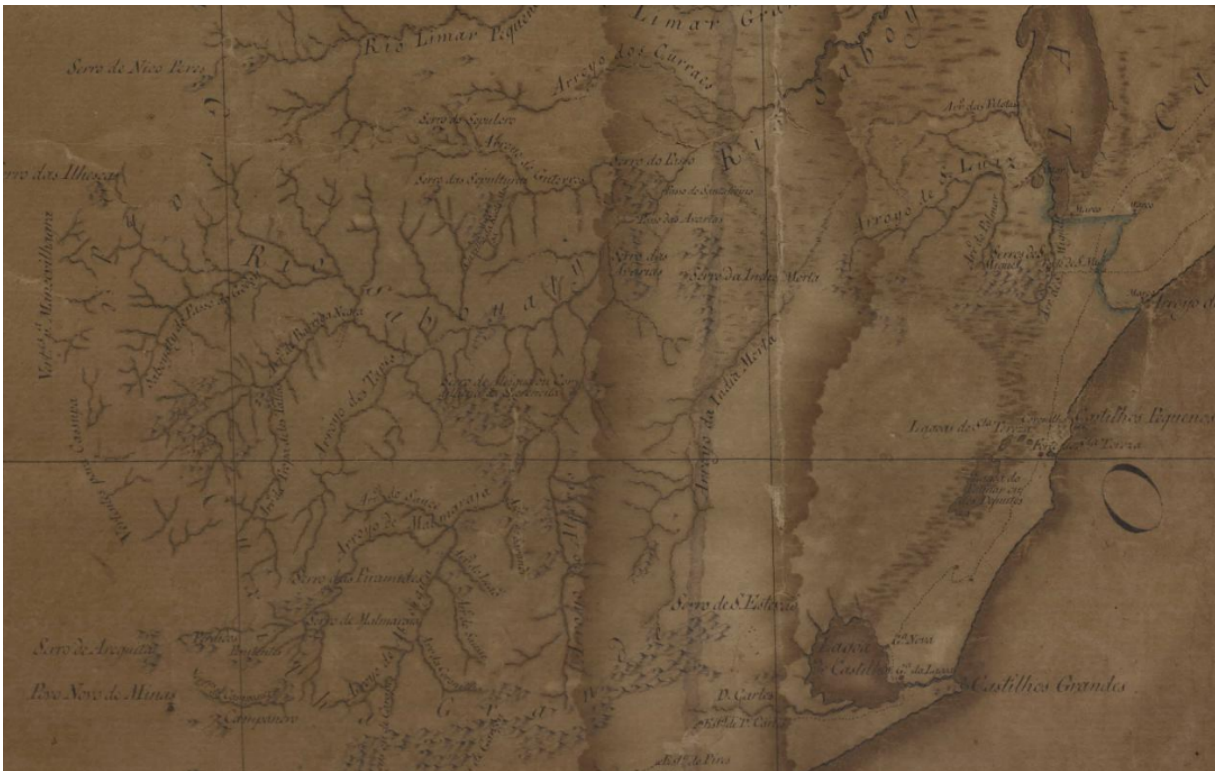


Fonte: Santos ([18--]).

Outro argumento em favor da influência de João Roscio na cartografia de Chagas Santos é o amplo detalhamento dos territórios percorridos na demarcação do Tratado de Madrid, espaço que Chagas Santos não poderia ter conhecimento empírico. Possivelmente, o mesmo baseou o seu desenho desses territórios nos mapas legados por João Roscio entre os papéis da comissão demarcadora (SANTOS, 1806).



Figura 6 — Território da Banda Oriental percorrido pelos demarcadores do Tratado de Madrid na Carta Corográfica



Fonte: Santos ([18--]).

Outro ponto de conflito fronteiro presente no mapa é em torno do Peperi-Guaçu, o qual foi percorrido Chagas Santos em 1788 junto com o comissário espanhol Oyarvide. Mais uma vez Chagas Santos coloca uma defesa das posições luso-brasileiras em seu mapa, ao designar um rio como Peperi-Guaçu e outro como “Rio caudaloso a que os Comissários Espanhóis pretenderam apropriar o nome de Peperi Guaçu”. O acampamento dos demarcadores, mencionado no comunicado de Chagas Santos e Oyarvide sobre o fracasso da expedição (BR RJANRIO RD.0.DDF.48, 1788), é localizado no mapa na foz do rio Iguazu.

Figura 7 — Rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio na Carta Corográfica



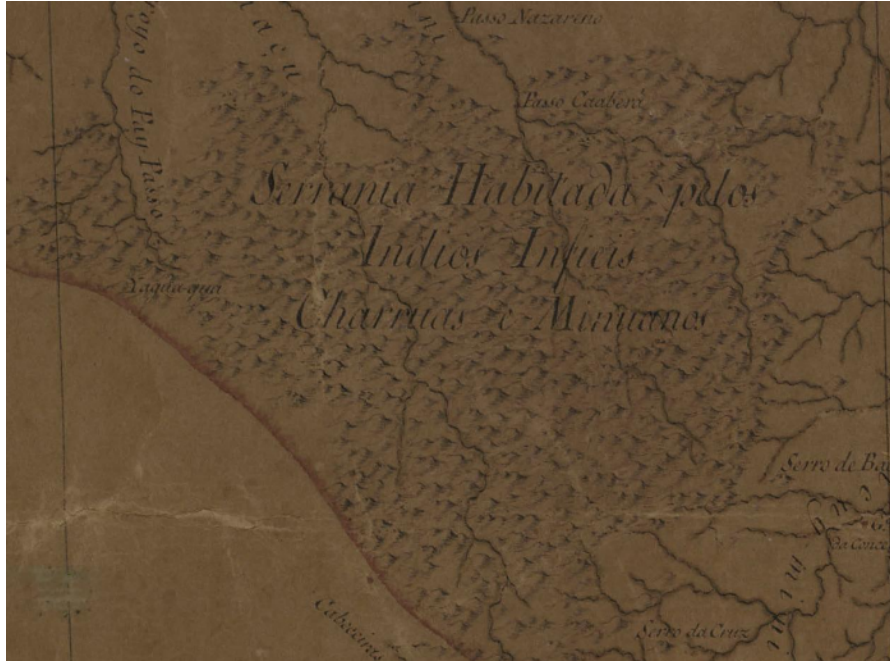
Fonte: Santos ([18--]).

O mapa também busca mostrar e legitimar a recente conquista militar dos Sete Povos das Missões, a qual aparece nesse e no ofício descrevendo a sua elaboração (AHU\_ACL\_CU\_019. Cx. 10, D. 618, 1806). como um avanço da fronteira portuguesa para além dos limites desfavoráveis do Tratado de Santo Ildefonso — Chagas Santos não deixava de ser um beneficiário deste processo, dada a sua posição de membro da elite fundiária rio-grandense. Esta narrativa laudatória do expansionismo luso-brasileiro no Prata, que também está presente nas memórias contemporâneas do evento, tem sido abordada de forma crítica por Elisa Garcia, que enfatiza o papel indígena neste processo na forma de trocas de aliança e soberania entre portugueses e espanhóis (GARCIA, 2005).

As posições na fronteira, transformadas em 1801, aparecem de forma ambígua na Carta Corográfica do Rio Grande de São Pedro e arredores. Espaços como o Rio Jaguarão mostram uma militarização e controle territorial ibérico dos dois lados refletidos nas guardas portuguesas e espanholas dos dois lados do rio. Por outro a territorialidade imposta pelas duas coroas ibéricas e o conhecimento cartográfico associado a ela ainda não abrangia todo o Rio Grande do Sul atual, o que é evidenciado por áreas assinaladas como território Charrua e

Minuano. O período das demarcações e mapeamentos da fronteira platina não foi só de triunfo do projeto colonial das monarquias ibéricas, mas também de negociações destas com potentados indígenas que mantinham uma importante territorialidade (ERBIG, 2016).

Figura 9 — Território Charrua e Minuano na Carta Corográfica



Fonte: Santos ([18--]).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adotou-se, nesse trabalho, o objetivo de reconstituir a trajetória de Francisco das Chagas Santos durante a demarcação do Tratado de Santo Ildefonso e abordar os usos da sua cartografia para entender o processo de construção da fronteira sul da América Portuguesa. Para cumprir tais objetivos, buscou-se inserir a discussão de ambos objetos de pesquisa nos campos de estudos da fronteira e da cartografia. A primeira parte tratou de uma revisão do contexto geopolítico da fronteira durante o Tratado de Santo Ildefonso (1777–1807) e um diálogo conceitual sobre fronteira, engajado com a recente historiografia rio-grandense sobre a fronteira e os conceitos de *frontier* e *borderlands*, presentes na historiografia norte-americana.

Posteriormente, revisaram-se as abordagens teórico-metodológicas possíveis para o estudo da cartografia, cada uma com aplicações e limites a depender dos objetos e problemas de pesquisa. Traçou-se um quadro geral da cartografia e da engenharia militar portuguesa do século XVIII — seus métodos, bases científicas, ensino e inserção na sociedade. Foi possível observar que a cartografia como praticada por Francisco das Chagas Santos foi produto de um longo processo de reformismo ilustrado que via a cartografia e outras ciências como instrumentos de afirmação de controle sobre os territórios e fronteiras. Dentro deste contexto histórico, o domínio destes saberes, cada vez mais difundidos nos domínios lusitanos, oferecia uma forma de ascensão social dentro do serviço à Coroa Portuguesa.

Por fim, buscou-se reconstituir a trajetória de Francisco das Chagas Santos a partir da documentação primária levantada. Enquanto esse sujeito histórico foi objeto das minibiografias aqui citadas, esses trabalhos oferecem pouco mais que datas de promoção e transferência de posto, ao mesmo tempo não há outros trabalhos historiográficos recentes sobre Chagas Santos. A reconstituição aqui realizada buscou entender como este sujeito ascendeu no “Real Serviço” como engenheiro militar e também se inseriu na elite fundiária rio-grandense. Diversos fatores parecem ter influenciado esse processo, entre os quais é possível destacar o conhecimento politécnico e matemático dominado por ele já jovem, a ligação pessoal com engenheiro veterano Francisco João Roscio, as alianças de casamento com famílias da elite local e o conhecimento empírico do território fronteiriço, adquirido durante as demarcações e com o estudo de mapas produzidos anteriormente.

A cartografia de Chagas Santos reflete a sua posição tanto como um “bom oficial” da Coroa Portuguesa quanto como um proprietário de terras fronteiriço. Ambas as posições explicam o seu apoio ao expansionismo luso-brasileiro, mas é interessante notar o

alinhamento de interesses que ocorreu entre Chagas Santos e os demais demarcadores com os estancieiros e contrabandistas rio-grandenses, possivelmente solapando os vínculos com a monarquia lusitana. A Carta Corográfica do Rio Grande de São Pedro e Arredores busca legitimar a posse e conquista de terras pelos luso-brasileiros, a qual se deu em prejuízo dos seus rivais hispano-americanos e dos povos indígenas, porém também reflete os limites desta expansão na manutenção de autonomia e territorialidade de certos grupos como os Charruas e Minuanos. A ampla dimensão e complexidade do mapa se explica pelas condições da sua produção, com Chagas Santos herdando de João Roscio, como chefe final da comissão demarcadora, uma ampla gama de mapas e planos que balizaram as áreas que foram retratadas e o seu nível de detalhamento.

Conclui-se a pesquisa propondo que Francisco das Chagas Santos e sua cartografia devem ser compreendidos dentro de um contexto de construção dos saberes politécnicos, matemáticos e cartográficos pelo reformismo ilustrado lusitano e de construção da fronteira platina por diversos atores e sujeitos sociais. Este personagem e o seu mapa do Rio Grande de São Pedro, até agora, têm sido pouco abordados pelos historiadores — acredita-se que um retorno da pesquisa segura de documentos não digitalizados possa ampliar o conhecimento sobre ambos. Outros personagens da comissão demarcadora e a sua produção cartográfica e geográfica, como Alexandre Eloi Porteli, Francisco João Roscio e José Saldanha, também são potenciais objetos de pesquisas que promovam um diálogo entre os estudos da cartografia e da fronteira.

## FONTES

### **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) - Rio Grande do Sul**

AHU\_ACL\_CU\_059. Cx. 3, D. 218 (Ofício do sargento-mor dos engenheiros, Francisco João Roscio pedindo que Francisco das Chagas Santos seja nomeado o seu ajudante, 1781).

AHU\_ACL\_CU\_019. Cx. 4, D. 354 (Decreto promovendo Francisco das Chagas Santos a capitão, 1791).

AHU\_ACL\_CU\_019. Cx. 4, D. 354 (Decreto promovendo Francisco das Chagas Santos a sargento-mor, 1800).

AHU\_ACL\_CU\_019. Cx. 7, D. 503 (Requerimento de Francisco das Chagas Santos solicitando promoção a tenente-coronel, 1804).

AHU\_ACL\_CU\_17. Cx. 220, D. 15146 (Decreto de promovendo Francisco das Chagas Santos a tenente coronel, 1804).

AHU\_ACL\_CU\_019. Cx. 10, D. 600 (Ofício do governador do Rio Grande de São Pedro, Paulo José da Silva Gama, sobre a morte de Francisco João Roscio, ficando Francisco das Chagas Santos responsável pelos papéis da comissão demarcadora, 1805).

AHU\_ACL\_CU\_019. Cx. 10, D. 618 (Ofício de Francisco das Chagas Santos descrevendo a situação da comissão demarcadora após a morte de Francisco João Roscio e a sua elaboração de um mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro, 1806).

### **Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) - Rio de Janeiro**

AHU\_ACL\_CU\_17. Cx. 115, D. 9439 (Requerimento do estudante da Academia Real da Corte Francisco das Chagas solicitando despacho para servir como ajudante de infantaria com exercício de engenheiro sob as ordens de Francisco João Roscio, 1781).

AHU\_ACL\_CU\_017. Cx. 242, D. 16544 (Ofício do Vice-Rei do Estado do Brasil, Marcos de Noronha e Brito, informando o envio de Francisco das Chagas Santos à Lisboa, 1807).

### **Arquivo Nacional (SIAN)**

BR RJANRIO BI.0.R14.454 — Dossiê. REQUERENTE(S): SANTOS, Francisco das Chagas; OBJETO: sesmaria; LOCALIZAÇÃO: Rio Vacacaí – RS. Capitania-Rio Grande do Sul – Brasil. 1795–1799.

BR RJANRIO RD.0.DDF.48. Comunicados dos geógrafos Andres de Oyarvide, da Espanha, e Francisco das Chagas Santos, de Portugal retirando-se dos trabalhos de reconhecimento dos afluentes do rio Iguaçu do qual estavam encarregados pela 2ª Subdivisão da Comissão de Demarcação de Limites. Topografia. Oyarvide, Andrés — geógrafo — autor(a). Santos, Francisco das Chagas — geógrafo — autor(a). Arroio da Marca — Brasil. Rio Santo Antonio — Brasil, 1788.

### **Biblioteca Nacional (BNDigital)**

ROSCIO, Francisco João. Plano topographico e individual que comprehende os arroyos de Chuy, e S. Miguel de Itaym...em a qual se manifestão as linhas de divisão pertencentes aos domínios das coroas de Portugal e Espanha... 1784. 1 mapa ms., aquarelado, desenho a nanquim, 91,5 x 64. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1352669/cart1352669.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1352669/cart1352669.jpg). Acesso em: 7 maio 2021.

SANTOS, Francisco das Chagas. Carta corográfica que compreende a capitania de S. Pedro, parte do governo de Montevidéo incluza a cidade desde nome ... conforme se ordena no tratado preliminar de limites de 1º de outubro de 1777 na qual se vê traçada a parte que se demarcou pelos primeiros comissários en consecuencia do estipulado no mesmo tratado : Os campos de que estavamos de posse antes da última guerra de 1801. [18--]. 1 mapa ms., aquarelado, 150 x 108 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart523235/cart523235.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart523235/cart523235.jpg). Acesso em: 6 maio 2021.

SANTOS, Francisco das Chagas. [Ofício a d. Fernando José de Portugal enviando a relação ou inventário incluso de tudo que ficou a seu cargo por falecimento do engenheiro Francisco João Roscio, relativo a construção do plano geral da demarcação das fronteiras do Brasil]. Porto Alegre, RS: [s.n.], 01 mar. 1806. 9 p. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1452507/mss1452507.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1452507/mss1452507.pdf). Acesso em: 6 maio 2021.

### **2º Cartório do Cível de Porto Alegre**

P 243 M 9 A 1845 (Inventário de Francisco das Chagas Santos, marechal do exército)

## REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Jeremy; ARON, Stephen, “From borderlands to borders: Empires, Na-tion-States, and the Peoples in between in North American history”, **The American Historical Review**, 104/3 (1999): 814–841.
- BERTOCCHI MORAN, Alejandro N. “El piloto Andrés de Oyarvide y su labor en el Río de la Plata”, *Itsas Memoria*. **Revista de Estudios Marítimos del País Vasco**, 6, Untzi Museoa — Museo Naval, Donostia-San Sebastián, 2009, pp. 747–762.
- BOCALON, Vitor Luiz Scartazzini; OTSUSCHI, Cristina. História da cartografia do rio Peperi-Guaçu e a formação do espaço do extremo oeste catarinense. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia-MG, v. 21, n. 74, p. 162–177, Abr/2020.
- BUENO, Beatriz P. S. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI–XIX). *In: Anais do Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Belo Horizonte: UFMG.
- BUENO, Beatriz P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo: USP, v. 12, p. 193–234, 2004.
- CAMARGO, Fernando da Silva. A pendenga interminável: as demarcações do tratado de Santo Ildefonso. **Anais da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica Curitiba**, 2004.
- CÉSAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Brasil, 1981.
- COMISSOLI, Adriano. Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX. **Revista de Índias**, Madri, LXXVIII/272, p. 113–146, 2018.
- CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco / Ministério de Relações Exteriores, 1965, 2 vol.
- CRUZ, Miguel Dantas da. A nomeação de militares na América portuguesa: Tendências de um império negociado. **Varia História**. Belo Horizonte. v. 31, n. 57, p. 673–710. Set–dez, 2015.
- EDNEY, Matthew. Mapping Empires, Mapping Bodies: Reflections on the Use and Abuse of Cartography. **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, núm. 63, 83–104. 2007.
- ERBIG, Jeffrey Allan Jr. Borderline Offerings: Tolderías and Mapmakers in the Eighteenth-Century Río de la Plata. **Hispanic American Historical Review**, v. 96, p. 445–480, 2016.
- GARCIA, Elisa Frühauf. A derradeira expansão da fronteira: a “conquista” definitiva dos Sete Povos das Missões — 1801. *In: Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades”*. Lisboa, 2 a 5 de novembro de 2005, FCSH/UNL.



- GARCIA, Elisa Fruhauf. **As formas de ser índio**: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
- GARCIA, Fernando Cacciatore de. **Fronteira iluminada**: história do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul, a partir do Tratado de Tordesilhas (1420–1920). Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.
- GIL, Tiago Luís. Sobre o comércio ilícito: a visão dos demarcadores de limites sobre o contrabando terrestre na fronteira entre os domínios lusos e espanhóis no Rio da Prata (1774–1801), *In: II Jornadas de História Regional Comparada*, Porto Alegre, 2005.
- GOLIN, Tau. As fronteiras das águas do Brasil meridional. *In: RADDATZ, V.L.S.; MULLER, K.M. (Org.) Comunicação, cultura e fronteiras*. Ijuí: Unijuí, 2015, p. 21–38.
- HARLEY, B. Mapas, saber e poder. Tradução Mônica Balestrin Nunes. *Confins — Revista Franco-Brasileira de Geografia*, n. 5, 2009.
- KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750–1850). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.17, n.2, p. 39–51, 2009.
- KANTOR, Íris. Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América portuguesa (1720). *In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.) Temas setecentistas: governos e populações no Império português*. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009. p. 233–239.
- LAGO, Laurêncio. **Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil**: Dados Biográficos 1808–1831. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.
- MYSKIW, Antonio Marcos. Uma breve história da formação da Fronteira no Sul do Brasil. *In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir; ZARTH, Paulo. História da fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra&Vida, Chapecó: UFFS, 2015.
- NEUMANN, Eduardo. A Fronteira Tripartida: a formação do continente do Rio Grande — Século XVIII. *In: GUAZELLI, Cezar Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo dos Santos (org.) Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2004.
- OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Desconstruindo mapas, revelando especializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. *Revista Brasileira de História*, n. 68, 2014, p. 151–174.
- OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. Dissertação (Tese Doutorado) — Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1990.
- PORTO, Aurélio. Dr. José de Saldanha. *In: Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1929. vol 51.
- RAMINELLI, Ronald. Ilustração e Império colonial. *História* (São Paulo), Vol. 31, n 2. dezembro, 2012, pp. 36–67.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, [1821] 2002.

SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. **Os generais do exército brasileiro de 1822 a 1889: traços biográficos**. Rio de Janeiro: M. Orosco & C., 1906, v. 1.

VARGAS, Héctor Mendoza; GARCIA, João Carlos. A história da cartografia nos países ibero-americanos. **Terra Brasilis**, v.7–8–9, p. 2–13, 2007.

VERES, Madalina. **Unravelling a Trans-Imperial Career: Michel Angelo de Blasco's Mapmaking Abilities in the Service of Vienna and Lisbon**. *Itinerario* 38, n. 2, 2014, p.75–100.

VITERBO, Sousa. **Expedições Científico-militares enviadas ao Brasil**. Lisboa: Ed. Panorama, 1964. Vol. II.

ZUANAZZI, Giovane Dutra. **Medições e demarcações judiciais no Rio Grande de São Pedro: um estudo sobre as relações de propriedade da terra (1768–1822)**. Orientadora: Helen Osório. 2020. TCC (Graduação) — Licenciatura em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

## ANEXOS

## ANEXO I — TRAJETÓRIA DE FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS

<b>1781</b>	Serviço na guarnição de Lisboa; aluno do colégio dos nobres; indicado por Francisco João Roscio para auxiliar de engenharia na Comissão Demarcadora do Tratado de Santo Ildefonso
<b>1784</b>	Chega ao Rio Grande de São Pedro com o começo dos trabalhos demarcatórios, liderados por Sebastião Xavier da Veiga Cabral
<b>1788</b>	Participa da expedição de reconhecimento dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu junto com o comissário espanhol Andrés Oyarvide
<b>1791</b>	Promovido a Capitão
<b>1795</b>	Requer uma sesmaria de três léguas em quadra, “fazendo a sua divisão a Leste e a Sul com o rio Vacacaí, fazendo encosto ao outro lado ao passo de D. Miguel, e pelo Oeste com a própria raia, e pelo Norte até onde se completarem as mesmas três léguas”
<b>1798</b>	Casou em Porto Alegre com Matilde de Figueiredo, descendente da prestigiosa família Souza Fernando
<b>1800</b>	Promovido a Sargento-Mor de Engenheiros
<b>1804</b>	Promovido a Tenente-Coronel
<b>1806</b>	Ofício ao secretário de Ultramar, Visconde de Anadia, sobre a morte do brigadeiro Francisco João Roscio e a sua confecção de um mapa do Rio Grande de São Pedro
<b>1807</b>	Parte para Lisboa com a Carta Corográfica da Capitania do Rio Grande de São Pedro

Fonte: adaptação dos dados apresentados no Capítulo 3.

ANEXO II — CARTA COROGRÁFICA DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO E ARREDORES



Fonte: Santos ([18--]).

**ANEXO III — Plano topographico e individual que comprehende os arroyos de Chuy, e S. Miguel de Itaym...em a qual se manifestão as linhas de divisão pertencentes aos domínios das coroas de Portugal e Espanha...**



Fonte: Roscio (1784).